

50alterações que detectarem serem necessárias. (Silêncio). Nenhuma observação. Acreditamos, então,
51prezada secretária executiva e o mestre taquígrafo, que a experiência está surtindo efeito. A
52fidelidade, então, as manifestações dos Conselheiros constadas nas Atas. Em votação a Ata da 55ª
53Reunião Ordinária. Os Conselheiros que a aprovam, queiram, por gentileza, manifestarem levantando
54a sua credencial - introduzimos esta idéia, e inclusive, aproveitando a oportunidade, idéias que
55porventura os Srs. Conselheiros para agilizarmos, dinamizarmos os trabalhos deste Conselho, por
56gentileza, serão sempre muito bem recebidas: **Aprovada**, com a abstenção da AGAPAN. Então, 15
57Conselheiros aprovam com a abstenção da AGAPAN. Considerando a pauta proposta, temos dois
58pedidos de inversão, considerando o compromisso do representante da ARI – Associação Rio-
59Grandense de Imprensa, que junto com a Secretaria de Obras do Estado do Rio Grande do Sul estarão
60promovendo o Fórum Internacional das Águas, agora no mês de outubro. Considerando que este tema,
61juntamente a proposição de inclusão na pauta desta reunião do representante da ALGA sobre este
62mesmo assunto, faríamos a inversão, e passaríamos à apresentação desta temática neste momento, e
63nós seguiríamos, depois, a pauta proposta, salvo se alguns dos Conselheiros queira fazer proposição
64também nesse sentido, ou seja, de que haja alguma outra inversão. Vamos para o Item 5 da pauta. **5 –**
65**X Semana Interamericana da Água – ALGA.** Passaria a palavra para o Conselheiro Geraldo Susin,
66representante da ALGA, e após nós faríamos uma apreciação de uma proposição feita pelo Ministério
67Público acerca de uma adequação na Resolução 36, como segundo assunto, e depois seguimos a
68pauta. Com a palavra o Conselheiro Geraldo Susin. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde a todos,
69Presidente, Conselheiros, representantes das Entidades, funcionários da Casa, imprensa. Formatamos
70dois textos, e um deles fala do **Histórico do Dia e da Semana Interamericana da Água**, e que
71fizemos no ano passado, e ele está muito completo, e que em função da quantidade de assuntos da
72pauta, não gostaríamos de não lê-lo, mas que constasse nesta Ata da Reunião do Conselho como
73memória. Já, o segundo texto, passaríamos a tratar agora. **Sr. Presidente:** Informamos que consta da
74pasta de cada Conselheiro cópia destas manifestações. **Sr. Geraldo André Susin:** Então, vou fazer a
75leitura: *“Somos tripulantes da Terra: **MOBILIZEMO-NOS!**”* *A civilização sempre dependeu da*
76*água. Agora é o inverso: a água é que dependerá do nosso grau de civilização”. Essa frase escrita*
77*por Ricardo Arnt, em maio de 1995, na revista Superinteressante, provoca uma reflexão, que já vem*
78*sendo feita, a partir de 1994, pela MOBILIZAÇÃO de organizações governamentais e não*
79*governamentais, durante a Semana Interamericana da Água na América Latina e Caribe. Por*
80*civilização entendemos como sendo o estado de adiantamento e cultura social. Cultura é arte ou*
81*maneira de cultivar a terra. O planeta em que vivemos é conhecido como Gaia: um organismo vivo.*
82*Na Grécia antiga, Gaia, uma das primeiras divindades a habitar o Olimpo, personifica a Terra,*
83*representa a origem, a matriz da vida e protetora da fecundidade. É preciso MOBILIZAR para*
84*proteger a fertilidade de Gaia. A MOBILIZAÇÃO é fruto de uma consciência coletiva que permeia o*
85*pensamento desde os tempos helênicos. Na Grécia Antiga, a política aristotélica platônica conjugava*
86*as ações na primeira pessoa do plural: NÓS. O individualismo provém da filosofia mecanicista do*
87*século XV. Na contemporaneidade, o NÓS predominará sobre o EU, substituindo a competição*
88*individual pela cooperação coletiva. O NÓS cria relações profícuas. O trabalho desenvolvido pela*
89*Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental/Seção RS (ABES/RS) em conjunto com o*
90*Governo do Rio Grande do Sul, colocou o Estado como pioneiro na realização da Semana da Água*
91*no Brasil. O evento oportunizou um ambiente favorável à MOBILIZAÇÃO em diversos municípios,*
92*sendo que em Caxias do Sul, um grupo de abnegados cria, em 04 de outubro de 1997, a Associação*
93*Livre para Gerenciamento Ambiental (ALGA). O Município, também foi cenário do XXIV Encontro*
94*Estadual de Entidade Ecológicas, promovido pela ALGA e a Assembléia Permanente de Entidades*
95*em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA). O Encontro deliberou que o Movimento Ecológico*
96*Gaúcho (MEG) deverá se organizar/MOBILIZAR com base nas bacias hidrográficas e estabelecer*
97*relações, em rede, dentro das bacias e entre elas. Apesar da importância do cuidado com as águas,*
98*esta é uma questão que vem despertando, aos poucos, o interesse da população. As instituições*

99 governamentais já estão estruturadas e as organizações não governamentais possuem um bom nível
 100 de MOBILIZAÇÃO. Não basta, porém, ficar esperando que essas entidades assumam
 101 responsabilidade total para deliberar o que deve ou não ser feito. Todos nós somos consumidores em
 102 níveis diferentes. Compramos produtos, que acabam sendo despejados na nascente do manancial
 103 localizado em nossa casa: o tanque, a pia, o ralo e o vaso sanitário. Os consumidores eliminam, por
 104 estas nascentes, todos os líquidos indesejáveis, contaminando a água dos rios. A responsabilidade na
 105 preservação e proteção da água é, também, de cada indivíduo, que deve MOBILIZAR amigos para
 106 formar um grupo de defesa e conscientização local. O resultado do pleno exercício da cidadania é a
 107 MOBILIZAÇÃO. Se for verdade que as organizações precisam do indivíduo, em contrapartida, este
 108 também necessita da estrutura das organizações para melhor proteger os mananciais hídricos.
 109 Estabelecer uma rede constituída de NÓS é urgente (NÓ=eu+tu=NÓS/In Lak'ech). É preciso
 110 multiplicar experiências para juntos ecoarmos um grito de alerta, reverberando na aprendizagem
 111 pelo amor e não pela dor, fundamentado na ética. A educação pela dor significa sofrer pelas
 112 conseqüências de ações lesivas, criminosas à natureza. Aprender pelo amor é ser perceptível às
 113 mensagens que a Terra nos envia, tanto pelo que ela nos diz pelos seus movimentos, quanto pelo que
 114 é traduzido em forma de arte. O produto estético contém um valor cultural agregado, por isso se
 115 perpetua no decorrer dos períodos históricos. Para que haja uma real garantia na qualidade,
 116 quantidade e perpetuidade da água, solucionando os problemas da poluição, escassez e conflitos
 117 pelo seu uso, é fundamental que se estabeleça um intercâmbio cultural dentro de uma bacia e entre
 118 elas. Desta forma, estaremos fortalecendo o Movimento Ecológico Gaúcho (MEG) com a formação
 119 de redes de comunicação entre as organizações, utilizando as bacias hidrográficas como base para o
 120 planejamento desta comunicação integrada. A comunicação MOBILIZA. O grau de MOBILIZAÇÃO
 121 de uma sociedade é o que define o nível de sua CIVILIDADE. Não somos passageiros, somos
 122 tripulantes da Terra. Faça a sua parte. MOBILIZE-SE! Geraldo André Susin, Presidente da ALGA,
 123 Associação Livre para Gerenciamento Ambiental - www.alga.org.br. Coordenação da APEDEMA/RS
 124 (2003/2004): ALGA, Movimento ROESSLER e VERDENOVO. Proposta de manifesto/tese guia para o
 125 Encontro Temático: A mobilização do MEG por bacias hidrográficas (4/10/03). Artigo base a ser
 126 distribuído e publicado para a: X Semana Interamericana da Água, 4 a 12 de outubro de 2003. Tema:
 127 Dez anos de mobilização pela água". Sr. Geraldo André Susin: O segundo texto diz: "**Histórico do**
 128 **Dia e da Semana Interamericana da Água.** O Dia Interamericano da Água foi instituído para que
 129 exista uma preocupação mais intensa em proteger os mananciais hídricos, proporcionando o manejo
 130 correto das fontes de água. Foi criado em novembro de 1992, no XXIII Congresso Interamericano da
 131 AIDIS, através de uma declaração firmada pela AIDIS (Associação Interamericana de Engenharia
 132 Sanitária e Ambiental), a CWWA (Associação Caribenha de Água e Esgotamento Sanitário) e a OPS
 133 (Organização Pan-Americana de Saúde). Outro motivo que levou à criação do Dia Interamericano da
 134 Água foi perceber que, apesar das muitas fontes naturais existentes em todos os países, a população
 135 carente tem acesso limitado aos serviços básicos de saneamento. Por isso, acaba ficando exposta a
 136 elementos químicos e agentes parasitários, o que resulta em aumento no coeficiente de doenças e,
 137 conseqüentemente, contribuindo para o desequilíbrio ambiental. A AIDIS, a CWWA e a OPS esperam
 138 que, com o apoio de todos os segmentos da sociedade em cada um dos países latino-americanos e
 139 caribenhos, seja possível convencer os governos locais da importância de investir em saneamento e
 140 da democratização do acesso à água potável e tratada. Estudos confirmam que os indicadores de
 141 saúde são melhores e os problemas coletivos de saúde apresentam redução quando isso acontece. A
 142 partir de 1993, o Dia Interamericano da Água acontece no primeiro sábado de outubro de cada ano.
 143 Em 1994, a data foi ampliada para uma semana. O tema é sempre definido pelas instituições acima
 144 citadas. Elas partem do princípio de que o tema tem o desafio de procurar contemplar, minimamente,
 145 a realidade e o debate sobre a água das diferentes comunidades das Américas, pois o Dia/Semana é
 146 efetivamente realizado nos Países, Estados, Municípios e Comunidades. No Brasil, a ABES/RS
 147 (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção RS), transformou o Rio Grande

148do Sul como o Estado pioneiro na realização do evento. Diversos Municípios gaúchos seguiram na
149mesma linha. Caxias do Sul, em 1996, por iniciativa de Geraldo André Susin, reúne diversos
150segmentos das forças vivas municipais e coordena a III Semana Interamericana da Água, que
151objetivava alertar e conscientizar autoridades e população da necessidade urgente de preservar os
152mananciais hídricos, que já apresentavam significativos índices de poluição. No ano seguinte, em 04
153de outubro de 1997, Dia Interamericano da Água, é lançada a ALGA – Associação Livre para
154Gerenciamento Ambiental – uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos, criada por
155um grupo de abnegados que atuam em diferentes áreas profissionais, mas unidos num objetivo
156comum, qual seja, proteger os recursos hídricos, preservar o meio ambiente, valorizar o patrimônio
157cultural, buscar alternativas de desenvolvimento sustentável e defender os direitos humanos em todos
158os níveis. A ALGA foi homologada, pela Comissão Organizadora da IV Semana Interamericana da
159Água, para coordenar o evento em Caxias do Sul. Em 1998, a ALGA mobilizou mais de duzentas
160entidades na realização da V Semana Interamericana da Água no Município. Em abril de 2001, a
161OEA (Organização dos Estados Americanos) se incorporou aos promotores dessa iniciativa. Em
162agosto, por iniciativa da OPS, ABES e ABEMA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de
163Meio Ambiente) foi lançada uma campanha para difundir o evento em todos estados brasileiros.
164Hoje, a proposta é promover a Semana Interamericana da Água com o tema – Água: não ao
165desperdício, não à escassez. – justamente por saber que, conforme dados da UNESCO, apenas 0,25%
166do total da água, no chamado planeta azul, está acessível para uso. Outros 2,25% de água doce
167inclui geleiras e águas em grandes profundidades. O restante, 97,5% é constituído por oceanos e a
168tecnologia para dessalinização é cara. Uma nova concepção de mundo deve existir: O cuidado com a
169nossa ÁGUA é uma questão primária. O potencial de águas de um município é considerado um ponto
170estratégico fundamental no desenvolvimento sustentável dos Estados. O principal objetivo do
171Dia/Semana Interamericano da Água é justamente levar às comunidades e aos governos enxergar a
172relação estreita que existe entre o acesso à água tratada e à saúde. Portanto, todos os mecanismos
173educativos devem ser utilizados para despertar uma consciência individual e coletiva em defesa do
174meio ambiente e da qualidade de vida”. Sr. Presidente, era isso que tínhamos a dizer. **Sr. Presidente:**
175Fica registrado a manifestação da ALGA, que ocupa assento como uma das representantes do
176Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul. **Sr. Alexandre Bugin:** Como ex-Presidente da
177ABES, que coordenou durante quatro anos este processo da Semana da Água, e também como Vice-
178Presidente da AIDS, que é a associação em que se originou todo esse movimento, gostaria de
179parabenizar o Geraldo e a ALGA, que também é um dos que vem do início, que identifiquei este
180movimento como sendo aquelas sementes que devem ser colocadas no solo e serem espalhadas. E
181inclusive isso é para todos nós do Rio Grande do Sul, isso é um testemunho pessoal e da Entidade que
182represento no Comitê Internacional do Dia Interamericano da Água, que a comemoração do Rio
183Grande do Sul, que vem sendo realizada de 10 anos para cá, desde o início, está sendo utilizada como
184modelo em todos os Países onde se quer aperfeiçoar. Então, a OPS – Organização Panamericana da
185Saúde e a AIDS, elas estão utilizando os exemplos do Rio Grande do Sul e todos os nossos modelos e
186nossas iniciativas, e tentando reproduzir isso em todos os Países, em todos os locais. E isso é
187extremamente importante e para quem está desde o início trabalhando nisso, só essas pessoas sabem o
188quanto cresceu este evento, tanto em nível governamental, como em nível não-governamental. E
189também só para registrar, que na Semana Interamericana da Água estará sendo lançado um livro em
190que a gente faz toda a retrospectiva dos 10 anos, inclusive esta edição está sendo apoiada e
191patrocinada pelo Fórum Internacional das Águas, que está sendo realizado. Então, são iniciativas que
192vão-se desencadeando e que a gente vê que é um trabalho muito de longo prazo, mas, com certeza, o
193Rio Grande do Sul, com os movimentos e as iniciativas que estão sendo desenvolvidas, está muito na
194frente de outros locais que estão realmente iniciando. Todas as Entidades devem fortalecer este tipo
195de atividade. **Sr. Guilherme Dornelles:** Só um preciosismo no texto que o Geraldo acabou de ler,
196porque parece que Porto Alegre vai ter a continuação da Conferência do Plano Diretor na mesma data,

197estou para confirmar, e não vou poder dizer isso lá no Encontro em Caxias do Sul, porque estou nesta
198Conferência aqui. Mas, acho que quando cita a palavra “nave”, tem que colocar no sentido de que
199“navega”, pois nós lembramos as lições do Lutzemberger, ele dizia que “nave” não é a melhor
200analogia que nós podemos fazer do Planeta, porque a “nave” depende de fontes externas. Então, a
201gente coloca no sentido de que “navega”, e o conceito melhor seria o de “biosfera” e esses detalhes
202passam, mas são importantes, principalmente para as novas gerações que estão vindo aí, e que vão ter
203acesso a esse material depois. Obrigado. **Sr. Presidente:** Acerca das observações, a X Semana
204Interamericana da Água, sem sombra de dúvida, movimenta, acho que pode ser assim caracterizada,
205pela forma com que ela vem avançando, indubitavelmente é um fator importante de conscientização e
206mobilização. A palavra está com o representante da Associação Rio-Grandense de Imprensa, uma
207Entidade co-promotora do “Fórum Internacional das Águas – A Vida em Debates”, de 08 a 11 deste
208mês de outubro aqui em Porto Alegre. **Sr. Jorge Nascimento:** Sr. Presidente, senhoras, senhores. A
209ARI completa em dezembro 68 anos de existência. Realmente, uma Entidade que congrega, não
210apenas os profissionais, mas as pequenas, médias e grandes empresas de comunicação social ao longo
211de todo esse período. O Fórum Internacional das Águas vai acontecer de uma forma muito
212consistente, com forte conteúdo temático, com uma grande responsabilidade que reinsere Porto
213Alegre no cenário dos grandes eventos temáticos do Mundo. E isso nós sentimos na construção do
214evento, em jornadas que foram realizadas em nível da América Latina, na Europa, e com a
215confirmação de presença de representações muito importantes. E esse evento não teria sido possível
216se não tivéssemos desde o primeiro momento, como a ABES, com a consciência crítica, com a
217formação de conceitos de instituições muito importantes, e ABES, reitero aqui, e outras também deste
218mesmo nível. Vamos ter em Porto Alegre, de 8 a 11 de outubro, a presença do Comitê Internacional
219para o Contrato Mundial da Água. O Ricardo Petrella, com muito esforço, estará aqui em Porto
220Alegre. Vamos ter aqui também outras representações que estão dentro deste conceito, e que
221organizaram em Florença, em maio deste ano, um evento paralelo chamado “Fórum Alternativo
222Mundial das Águas”, que vai-repetir na Suíça, em 2005, e aqui vão estar com a sua conceituação, com
223as suas propostas. Vamos ter aqui o Tribunal das Águas de Valencia, da Espanha, que há 1040 anos
224estabelece um trabalho público, e existe porque tem essa conceituação e esta visibilidade. Vamos ter
225aqui representações de Portugal, com o Ministro do Meio Ambiente e das Cidades de Portugal, da
226França, da Inglaterra e do Mercosul, de modo muito amplo. Mas o fundamental, para que possamos
227referenciar é o seguinte: que Porto Alegre, mais um vez insere-se neste contexto amplo, nesta
228discussão pontual de temas muito específicos: preservação dos recursos hídricos, gestão e
229estabelecimento de políticas públicas e privadas. Nós não sairemos deste evento sem que possamos
230estabelecer no conjunto, da liderança e da representatividade que os senhores aqui estabelecem, sem
231as idéias, sem a participação dos senhores. Nada haverá de acontecer sem que a massa crítica, sem
232que a condução de propostas daqui possa sair. Então, estamos muito felizes com esse tipo de
233acontecimento, de mobilização e temos do Governo do Estado a inserção plena, do Governo Federal
234temos 09 Ministérios que formaram o Grupo de Trabalho das Águas, e será assinado aqui em Porto
235Alegre, no dia 08, na abertura do evento, essa formalização oficial deste Grupo de Trabalho das
236Águas do Governo Federal, colocando isso em ação e sendo condutor das propostas que aqui forem
237encaminhadas. Estamos muito felizes por termos chegado a esse momento, a esta condição de que
238Porto Alegre, mais uma vez, tenha um grande evento e que os senhores nos ajudem da melhor forma
239possível. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Agradecemos ao Jorge Nascimento, que em nome dos
240promotores do Fórum Internacional das Águas vem estender este convite ao Conselho Estadual de
241Meio Ambiente. Muito obrigado, Nascimento. Passaríamos, agora, de acordo com proposição inicial,
242a explanação da Dra. Silvia Capelli sobre a oportunidade de se promover uma adequação na
243Resolução 36, que trata das Atividades Usuárias de Água – Irrigação no Rio Grande do Sul. **Sra.**
244**Silvia Capelli:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Cláudio Dilda, Srs. Conselheiros, demais convidados,
245presentes. A intervenção que o Ministério Público faz nesta tarde diz respeito a uma proposta de

246adequação do inc. VI do art. 2º da recém aprovada e publicada Resolução CONSEMA nº 36 que trata
247da regularização da atividade dos irrigantes. A proposta é muito concisa e diz respeito ao seguinte: no
248inc. VI do art. 2º há uma previsão de deferimento automático da licença no prazo de 30 (trinta) dias, e
249se trata de licença de operação, às atividades irrigantes que preencherem documentos previstos na
250mesma Resolução. A proposta que eu trago à reflexão dos senhores, e que propõe a modificação da
251redação desse inciso, consiste no seguinte: o Ministério Público entende que não há conveniência e
252nem oportunidade, e muito menos precedente jurídico ao deferimento automático de qualquer tipo de
253licença em direito ambiental porque o licenciamento ambiental é um dos instrumentos da política
254nacional do meio ambiente que se baseia na necessária exigência de controle de atividades, por parte
255do Poder Público, sujeitas ao regime de autorização. A Constituição brasileira, no art. 170 afirma, no
256Capítulo da Ordem Econômica que: “Qualquer pessoa, física ou jurídica, tem livre iniciativa para
257exercer qualquer atividade que desejar no País, independentemente do regime de autorização, salvo as
258previsões legais”. E é exatamente do que se trata aqui: toda a fiscalização, controle, licenciamento e
259apreciação prévia das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio
260ambiente, submetem-se ao sistema de fiscalização prévia e ao sistema de licenciamento ambiental.
261Isso é da Constituição, isso é da legislação ambiental brasileira. Logo, não há previsão legal para
262deferimento automático de licença, porque o deferimento automático de licença contradiz com o
263poder de fiscalização e de controle estatal, arrimado na Constituição Federal, que é a atividade
264indelegável do Poder Público. Portanto, a nossa sugestão é de alteração do inc. VI, do art. 2º da
265Resolução 36 para extirpar, para retirar a expressão “deferimento automático”. Ficaria assim a
266redação, no inc. VI: “*Deferimento do pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do*
267*preenchimento dos requisitos necessários à regularização*”. Infelizmente, não tenho o texto da
268Resolução 36 para poder fazer aqui um comparativo. O Presidente me faz a gentileza de entregar. A
269redação original do inc. VI é a seguinte: “*Deferimento automático do pedido de licença de*
270*regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do preenchimento dos documentos*
271*elaborados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e pela Secretaria do Meio*
272*Ambiente através do Departamento de Recursos Hídricos*”. Quero, para finalizar a intervenção, dizer
273que o Ministério Público é absolutamente sensível à necessidade de regularização desta atividade
274irrigante no Estado, e louvo a iniciativa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, do Conselho
275Estadual do Meio Ambiente e da FEPAM em oportunizar esta regularização. Conseqüentemente, a
276intervenção do Ministério Público não é contra a regularização e nem contra propostas de resolução
277que sejam pontualmente destinadas à regularização de determinado setor, que eventualmente esteja na
278irregularidade ou na ilicitude. A nossa manifestação é no sentido de evitarmos um precedente em que
279o Estado abra mão do exercício do poder de polícia administrativo, gerando um precedente para que
280outras atividades também solicitem deferimento automático de licenças a partir do preenchimento de
281documentos. Esta seria a minha intervenção, fico à disposição para algum esclarecimento que se fizer
282necessário. Obrigada pela atenção. **Sr. Presidente:** Dra. Silvia. O que o Ministério Público propõe é
283basicamente a retirada do termo “automático” do inc. VI do art. 2º. **Sra. Silvia Capelli:** Exato. E
284substituir a expressão “preenchimento de documentos”, já que os documentos não são referidos na
285Resolução. E como os documentos não são referidos na Resolução, não há como se ter um controle
286social exterior aqueles que trabalham no licenciamento ambiental para saber que documentos são
287esses. Então, a sociedade não tem condições de fazer uma fiscalização e nem de intervir caso
288houvesse o descumprimento de requisitos que nós não sabemos quais são, porque os documentos não
289integraram o corpo da Resolução. A intervenção e a sugestão de modificação consiste, basicamente,
290na retirada da expressão “automático” e na substituição da palavra “documentos” por “preenchimento
291dos requisitos necessários à regularização”. De maneira que assim preservamos o poder de avaliação
292do Estado e do órgão licenciador, que é a FEPAM, com relação à verificação da suficiência dos
293documentos apresentados, que então, ensejariam o direito ao deferimento da licença de operação para
294atividade irrigante. **Sr. Presidente:** Está em apreciação pelo Plenário deste Conselho a proposição do

295Ministério Público. Aliás, uma observação anterior: efetivamente, mesmo que se quisesse dar essa
296visão colocando o prazo de 30 dias, já praticamente anula o termo “automático”. Então, além da
297observação, muito pertinente, que a Dra. Silvia Capelli faz, este termo aqui, na verdade, está, também
298por outro motivo, não devidamente posto. Então, em apreciação aos nobres Conselheiros a apreciação
299do Ministério Público no sentido de uma revisão da redação, uma **readequação da redação do inc.**
300**VI do art. 2º. Sr. Valtemir Goldmeier:** Nós, da FAMURS, não temos objeção às colocações do
301Ministério Público. A única preocupação que vem à tona de como será o reflexo dessas alterações em
302relação ao órgão licenciador, porque a próxima safra de arroz, as negociações dos agricultores, em
303relação aos bancos oficiais, já estão ocorrendo. E alguns bancos estão condicionado a liberação do
304respectivo financiamento à licença. E preocupado com a situação, eu pergunto: fazendo estas
305modificações, talvez tivéssemos que estudar alguma alternativa, porque o órgão ambiental estadual
306não teria condições de emitir todas as licenças que teriam que ser emitidas até 30 de outubro, porque é
307quando começa efetivamente os trabalhos da safra. Então, em relação a isso há de se pensar. Quanto
308as modificações, sem problema. Agora, os reflexos disso, para esse exercício de 2003, para a safra
309essa de 2003/2004 preocupa. Então, era essa a minha colocação. **Sra. Silvia Capelli:** Agradeço a
310intervenção do Conselheiro Valtemir, porque ela vem justamente a somar no esclarecimento. Primeiro
311que a intervenção e a sugestão do Ministério Público não obsta em nada o processo de regularização,
312porque a Resolução CONSEMA está publicada e está vigendo. Então, não há aqui nenhum pedido de
313liminar e nem pedido de intervenção e nenhuma recomendação do Ministério Público para que nada
314seja obstado. Estamos solicitando uma alteração de redação para que seja aclarado que não há
315deferimento automático de licença. E isso constando da Resolução CONSEMA ou não constando da
316Resolução CONSEMA não vai modificar em nada porque o órgão ambiental está trabalhando com um
317ato jurídico normativo, apreciado por este Conselho e aprovado por este Conselho que também está
318sendo admitido pela sociedade como válido, publicado no Diário Oficial. Logo, o Ministério Público
319não está impugnando a Resolução do CONSEMA, mas está sugerindo modificações na redação
320porque entende que estas modificações resguardam o interesse da sociedade para este tipo de
321atividade econômica e para as demais, e falo em nome do Ministério Público Estadual. E, de parte do
322Ministério Público Estadual a recomendação é circunscrita ao inc. VI do art. 2º que não modifica em
323nada a situação de fato corrente e pura e simplesmente solicita a este Conselho a adequação da
324redação em termos jurídicos. Se há pedidos pendentes e destes pedidos e da aprovação do órgão
325ambiental depende a concessão ou não de financiamentos no setor próprio, nenhuma modificação no
326plano fático decorre da sugestão aqui feita aos senhores. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Só entendo que
327talvez houvesse a necessidade de alguma manifestação da FEPAM em relação ao assunto. Quanto ao
328restante, deixa bem claro. E a minha preocupação é em relação ao órgão ambiental estadual, porque
329nós acabamos traçando as diretrizes gerais e preocupa, pois daqui a pouco, em função da modificação
330haveria necessidade de efetuar um licenciamento de empreendedor por empreendedor, e quantos são
331os empreendedores, hoje no Estado, que dependem teoricamente de financiamento. E se todos que
332dependem de financiamento tiverem que ter a sua licença, quantos serão esses? E o órgão ambiental
333vai conseguir atender isso? Então, a minha preocupação era em relação a isso. Mas, quanto as
334colocações da Silvia Capelli, nada a objetar, sem problemas. **Sra. Rejane Dornelles:** Boa-tarde.
335Trabalho na FEPAM na Divisão de Informática, e, só para esclarecer: as licenças não estão saindo
336automaticamente. E o texto que está na Resolução, de que cada licença está sendo avaliada. E o que
337está acontecendo é que as informações entram rapidamente na FEPAM e nós temos condições de
338agilizar. Mas, em relação a cada licença, o sistema diz que ela está “ok”, que poderia sair a licença, e
339o técnico confirma. Então, realmente, esta troca não vai mudar nada. **Sr. Presidente:** Esclarecimento
340oportuno. Aliás, só uma observação, até para comunicação aos Srs. Conselheiros. Não é só no sistema
341de declaração de imposto de renda que está causando congestionamento. Este episódio já está
342caracterizando também congestionamento no acesso à FEPAM para o encaminhamento das
343informações solicitando o cadastramento para esta finalidade. Então, acreditamos que aquele ponto

344muito importantes, que comentamos nas primeiras reuniões deste ano do Conselho, de que esta forma
345de trabalhar esta atividade em termos de licenciamento ambiental oportunizaria o conhecimento da
346real amplitude do setor e nos permitiria traçar, então, um plano de ação com vistas à regularização
347plena do setor. Então, digamos assim, a sinalização prévia aponta para este tipo de encaminhamento
348que, pelo menos *a priori* nos parece altamente positivo. Passaremos para a Câmara Técnica de
349Assuntos Jurídicos fazer uma revisão deste artigo para uma republicação da Resolução, fazendo a
350adequação proposta pelo Ministério Público. Está a proposição para análise, apreciação deste
351Conselho para o desdobramento que acabo de propor, qual seja, encaminharemos à Câmara Técnica
352de Assuntos Jurídicos para a adequação do inc. VI do art. 2º da Resolução 36 consideradas as
353ponderações feitas, sobre o assunto, até este momento. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Entendo
354que se estamos diante apenas de uma questão de forma, o mérito já poderia ser deliberado por este
355Plenário. Havendo consenso sobre o tema, que se delibere logo nesta reunião, e apenas se implemente
356a modificação proposta. Porque se o assunto for encaminhado à Câmara Técnica, entendo que
357necessariamente teria que retornar ao Conselho. **Sr. Presidente:** Sim, retornaria. **Sr. Luiz Paulo**
358**Rodrigues Cunha:** Pois bem, se a questão é suficientemente clara para o Conselho, indago se há algo
359que possa obstar a que se delibere agora mesmo e se tomem depois as providências sugeridas, uma
360vez que não houve, por parte dos Senhores Conselheiros, qualquer contraposição aos argumentos
361trazidos pelo Ministério Público. **Sr. Presidente:** Temos duas proposições. Os Conselheiros
362consideram que poderemos agora, neste momento, seguindo a sugestão do Conselheiro Cunha, da
363SEMA, de aprovar esta deliberação ou se há necessidade de encaminhamento para a Câmara Técnica
364de Assuntos Jurídicos. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Como integrante de Câmara Técnica, Sr. Presidente,
365entendo que há necessidade do encaminhamento à Câmara Técnica até para que as Câmaras Técnicas
366se sintam fortalecidas. Então, sei que esta é uma política que o Conselho sempre estabeleceu, então,
367da minha parte, em nome da FAMURS, entendo que antes de voltar à votação ao Conselho deveria
368passar pela respectiva Câmara Técnica. Só gostaria de reforçar esta colocação. **Sr. Guilherme**
369**Dornelles:** É uma questão de ordem. O representante da FAMURS acabou de defender uma posição.
370Então, acho que se vai ser colocado em votação, tem que ser uma e depois a outra, em função de que
371foi quebrado o nosso procedimento. **Sr. Presidente:** Perfeitamente. Colocamos para apreciação. A
372proposta do Conselheiro Cunha é de que se vote agora. A proposta do Conselheiro Valtemir é que vá
373para a Câmara Técnica antes de retornar a este Plenário para, sim, posterior apreciação. **Sr.**
374**Guilherme Dornelles:** A questão de ordem, é como se fez uma defesa contrária, acho que tem que ter
375uma defesa a favor. Esta é a minha questão de ordem, se vai ser colocado em votação nestes termos.
376**Sr. Presidente:** Ou seja, o Conselheiro propõe que o Conselheiro Cunha defenda a sua proposição.
377**Sr. Guilherme Dornelles:** A defesa da proposta. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Acho que há um
378equivoco de entendimento. Só pedi ao Presidente dos Trabalhos que consultasse o Plenário se este se
379entende suficientemente esclarecido para deliberar neste momento. A minha proposta não anula e não
380pretende fragilizar o trabalho das Câmaras Técnicas. No entanto, não se deve perder de vista que estas
381são órgãos auxiliares, de assessoramento do Conselho. Se houver consenso deste Plenário, que é
382soberano, e que está suficientemente esclarecido para deliberar agora, então que se delibere. O que
383tem precedência, portanto, é a consulta se o Plenário deseja votar agora ou não. Se não, usa os
384desdobramentos cabíveis. **Sr. Presidente:** Vamos à apreciação da proposição do Conselheiro Cunha
385que converge com a do Conselheiro Dornelles. Em apreciação deste Plenário. O Plenário entende que
386está suficientemente esclarecido para, nesta oportunidade, manifestar-se quanto ao assunto em
387apreciação ou não? Os Conselheiros que assim o julgarem, ou seja, de que temos condições para,
388neste momento, apreciar esta adequação da Resolução 36, manifestem-se levantando a sua credencial:
38912 (doze) Conselheiros assim entenderam; Abstenções: Nenhuma; Contrários: 5 (cinco). Portanto,
390esse Conselho delibera no sentido de que, face a clareza com que foi exposto, discutido e elucidado o
391tema, considera-se apto para votar neste momento a proposição. Gostaria que o Conselheiro Cunha
392formulasse a sua proposição, que foi aquela que prevaleceu no entendimento deste Plenário. **Sr. Luiz**

393 **Paulo Rodrigues Cunha:** A minha intervenção foi na linha do que acabou de ser manifestado pelo
394 Plenário. Ou seja, se este se entende maduro para votar. A defesa já foi sustentada pela Dra. Silvia,
395 que apresentou a proposta. De minha parte, considero-me esclarecido, e suponho que os demais
396 Conselheiros também. **Sr. Presidente:** Em votação: os Conselheiros que aprovam a alteração
397 proposta pelo Ministério Público por meio de sua representante, Silvia Capelli, nos termos aqui
398 propostos, que se manifestem levantando a sua credencial: 15 (quinze); Contrários: nenhum;
399 Abstenções: nenhuma. Pela unanimidade dos presentes, portanto. Está, Dra. Silvia Capelli, aprovada a
400 proposição do Ministério Público, providenciaremos, de imediato, então, a elaboração de resolução
401 prevendo esta adequação. **Sra. Silvia Capelli:** Gostaria de agradecer aos senhores a oportunidade de
402 terem ouvido a nossa sugestão e tenham os senhores a certeza de que é bastante significativo e
403 representativo para o direito ambiental o que os senhores acabarem de decidir. Pode parecer uma
404 questão formal, mas das questões formais são feitos os Tribunais e as ações. Então, é muito
405 importante aquilo que os senhores decidiram hoje, retirando este precedente que seria negativo. Muito
406 obrigada. **Sr. Presidente:** Vamos seguir a nossa pauta. **2 – Análise dos processos de habilitação de**
407 **Municípios.** Por gentileza, o Presidente da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada
408 Estado/Município para a sua manifestação. **Sr. Mário Buede Teixeira:** Boa-tarde, Sr. Presidente,
409 Cláudio Dilda, Srs. Conselheiros. Na última reunião do CONSEMA, no dia 21 de agosto, o Sr.
410 Presidente solicitou à Câmara Técnica a adequação do nosso calendário ao calendário deste Plenário.
411 Foi atendido e a nossa Câmara Técnica se reuniu por duas ocasiões desde 21 de agosto até hoje, e
412 foram as reuniões do dia 03 de setembro e do dia 15 de setembro. No dia 03 de setembro recebemos
413 da Comissão de Municipalização da SEMA dois pedidos de habilitação dos Municípios. Foram os
414 Municípios de Água Santa e Travesseiro. Esses dois pedidos dos Municípios foram analisados nesta
415 Câmara Técnica que julgou perfeitamente factíveis as propostas e foram aprovados, por unanimidade.
416 Então, os senhores têm esses dois pareceres da Câmara Técnica, as cópias estão com os senhores, do
417 Município de Água Santa e Travesseiro. No dia 15 de setembro nós recebemos da Comissão de
418 Municipalização da SEMA 05 pedidos de habilitação dos Municípios de Progresso, Nova Bréscia,
419 Restinga Seca, Uruguaiana e Tapejara. Eles foram também apreciados, todos os pedidos, e foram
420 submetidos à votação. A Comissão de Municipalização esteve representada por técnicos, que nos
421 fizeram as apresentações, e houve uma discussão de vários itens específicos destes pedidos, e, afinal,
422 todos foram aprovados. Somente o Município de Nova Bréscia é que não foi aprovada com
423 unanimidade. E o oitavo processo que está hoje sendo apresentado, de Não-me-Toque, na verdade, ele
424 já havia sido apresentado na reunião anterior. Foi solicitado aí um pedido de vista ao processo e ele
425 foi incluído novamente aqui. Era isso que tínhamos a apresentar aos senhores. Muito obrigado. **Sr.**
426 **Presidente:** Os Srs. Conselheiros receberam em tempo oportuno as informações acerca dos
427 Municípios eu pleiteiam a sua habilitação para o licenciamento ambiental ou não? Todos receberam
428 antecipadamente? **Sr. Mauro André Kern:** Eu não, ligo agora. **Sr. Presidente:** Foi remetido, via e-
429 mail, para todos, inclusive os dois primeiros, Travesseiro e Água Santa. Os outros cinco Municípios
430 foram enviados na segunda-feira. Queremos que o fluxo seja bem dinâmico. **Sr. Mauro André Kern:**
431 Foi mandado para a sede do Movimento Roessler, e as reuniões são às segundas-feiras lá, e acho que
432 ficou muito em cima, e estou recebendo agora. Então, pelo Correios não foi mandado devido a greve.
433 Por e-mail foi recebido pelo Movimento Roessler, e só vou uma vez por semana lá na Entidade, e
434 talvez o titular, o Julian, tenha recebido. **Sr. Alexandre Bugin:** Recebi por e-mail e agora que tive a
435 cópia. **Sr. Guilherme Dornelles:** Recebi por e-mail mas o programa XP não conseguiu abrir, e não
436 sei que programa está sendo enviado este material, e este material foi enviado. **Sr. Presidente:** Outros
437 Conselheiros tiveram problema de abrir o e-mail também? **Sr. Evandro Rocha Reichenbach:** Não
438 recebi, talvez tenha ido para a Secretaria, para o Gabinete, mas não foi para o meu nome, e não sei
439 qual foi o e-mail, mas tenho certeza que não recebi. **Sra. Elisabete Maria Zanin:** Não recebi, mas
440 estamos vendo pois deve haver um problema no provedor, no caso de nossa instituição. **Sr. Luiz**
441 **Paulo Rodrigues Cunha:** Pelo visto, apenas estamos tendo problemas técnicos localizados, e eu

442agregaria, como sugestão, que titulares, suplentes e entidades que estes representam cadastrem os
443respectivos e-mails. É assim que se faz no Conselho Nacional do Meio Ambiente, e em tais casos é
444preferível pecar por excesso que por omissão. Quando não se tem o suplente devidamente cadastrado,
445os documentos chegam à Entidade, mas podem não ser repassados tempestivamente aos interessados.
446**Sr. Presidente:** Sugestão oportuna. **Sr. Geraldo André Susin:** Gostaria de registrar a competência da
447Secretaria Executiva, no caso, a Sra. Rosaura, mas nós verificamos que no recebimento numa
448máquina não abria. Trocamos de máquina, abriu. Então, é u problema de programa. E uma sugestão é
449que, além do que o Conselheiro Cunha colocou, que se faça um teste, abra-se este canal e teste o
450funcionamento para sanar este problema, e que funciona, funciona, e somos testemunha disso. **Sr.**
451**Valtemir Goldmeier:** Na verdade, da minha parte é mais um pedido: é de que dentro da página da
452SEMA se crie uma outra página do CONSEMA e que nesta página do CONSEMA se publique, então,
453e se alguém não conseguir receber o e-mail, e que entre na página do CONSEMA e daí nesta página
454do CONSEMA se coloque ali a pauta da próxima reunião e ali se disponibilize estas informações.
455Então, teríamos, além deste canal de cada um receber na sua máquina, poder recorrer a uma página
456do CONSEMA. Então, o nosso sonho, Sr. Presidente, é que a gente consiga criar uma página do
457CONSEMA e ali colocar as nossas resoluções, estas coisas. É só uma sugestão, Sr. Presidente. **Sr.**
458**Presidente:** A sugestão inclusive já formulada anteriormente está sendo providenciada, ou seja, está
459sendo construída esta página e, enquanto isso não se efetiva, supletivamente os Srs. Conselheiros
460podem acessar a página da FEPAM onde consta inclusive o calendário das reuniões das Câmaras
461Técnicas, do Conselho, as Atas, as resoluções, e estão todas na página da FEPAM, enquanto se
462conclui a construção dentro da página da SEMA, a página do CONSEMA. Esperamos que, em breve,
463esteja disponibilizada. Procuraremos sanar estas lacunas e tornar a comunicação bem dinâmica e
464rápida. Considerando a distribuição antecipada dos dados referentes aos Municípios de Água Santa,
465Travesseiro, Progresso, Nova Bréscia, Restinga Seca, Uruguaiana, Tapejara e Não-me-Toque. Não-
466me-Toque está retornando automaticamente à pauta da reunião de hoje, observando-se aqui a
467manifestação da AGAPAN que pediu vista ao processo e que passa a se manifestar agora por meio de
468seu representante. **Sr. Guilherme Dornelles:** Uma questão: o senhor vai colocar em votação os
469pareceres neste momento? **Sr. Presidente:** De acordo com o que foi combinado e sacramentado na
470reunião anterior, os Conselheiros receberiam, pela internet, este material antecipadamente, para que já
471viessem com as informações mínimas necessárias para referendar ou não, para aprovar ou não a
472habilitação dos Municípios inclusos na pauta, considerando-se pareceres favoráveis da Câmara
473Técnica correspondente. **Sr. Guilherme Dornelles:** Vou-me inscrever para me manifestar. Fizemos o
474parecer para o processo de habilitação do Município de Não-me-Toque o qual vou ler agora:
475“*Parecer do processo de habilitação para licenciamento ambiental do Município de Não-me-Toque,*
476*nº SEMA 0101720500/02.2. O parecer da Conselheira Edi Xavier Fonseca: considerando que o*
477*Conselho Municipal de Meio Ambiente de Não-me-Toque não é um Conselho Deliberativo, portanto*
478*em desacordo com o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, considerando que o Município*
479*de Não-me-Toque possui 76% de sua área utilizada para a agricultura e florestamento, sendo que*
480*50% da área do Município possui solos suscetíveis a processos erosivos, e que tal problemática não*
481*foi objeto de análise pelo plano de meio ambiente, considerando que o parecer exarado pela*
482*informação ASS-JUR/SEMA, que é a Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente, a*
483*informação 063/2003 de 19-03-2003, assinada pelo Coordenador de Serviços Jurídicos, Dr. Irineu*
484*Ernani Schneider, recomenda a não-habilitação do Município de Não-me-Toque, face a uma série de*
485*ilegalidades, tais como: não atendimento da alínea “f” da Resolução CONSEMA 04/2000 que refere-*
486*se ao Plano Diretor do Município. E o não-atendimento das alíneas “d” e “e” do item 1 da*
487*Resolução CONSEMA 011/23001, que referem-se, respectivamente, as projeções dos usos e das*
488*disponibilidades de recursos ambientais e conflitos potenciais. E ao processo de consulta pública, que*
489*é obrigatório e não foi realizado. O processo de consulta pública para aprovação do Plano*
490*Municipal de Meio Ambiente. Diante do exposto, o nosso parecer é pela não-habilitação do*

491Município de Não-me-Toque. *Edi Xavier Fonseca – Presidenta*”. Sr. Presidente. Há muitas outras
492questões neste processo, que são questões menores. Mas o que nos chamou a atenção, e que parece ser
493o elemento mais forte de todos, além das ilegalidades que não podemos aprovar um processo com
494ilegalidades, é a não-realização da audiência pública para aprovação do Plano Municipal de Meio
495Ambiente. Também o fato do Conselho Municipal não ser deliberativo, isso é uma coisa inconcebível
496para nós dentro do SISEPRA, dentro do SISNAMA, é apenas um Conselho consultivo. E com relação
497à questão do Plano Diretor, não há realmente uma lei municipal que cria o Plano Diretor. Há só uma
498lei que definiu os limites do perímetro urbano, do núcleo urbano, que isso não é um Plano Diretor.
499Chamou a atenção é que foram feitas vários pedidos ao Município para que complementasse as
500informações e esses pedidos retornavam à Secretaria e a nossa Comissão não viu também o parecer da
501Assessoria Jurídica da Secretaria falando das ilegalidades. Ficamos muito preocupados com este
502processo e está-nos chamando a atenção este fato aqui, que a partir daí vamos solicitar vista a outros
503processos, porque pode ter ocorrido o mesmo em outros processos. E como não participamos desta
504Câmara Técnica, e não que a gente esteja questionando o trabalho da Câmara Técnica, mas são
505elementos que talvez não estejam no alvo da atenção ou do interesse imediato político dos membros
506da Câmara Técnica, como, por exemplo, o Conselho ser deliberativo. Então, por exemplo, a consulta
507pública, a audiência pública, que são figuras jurídicas diferentes; audiência pública é um processo que
508existe na legislação do licenciamento e acho que também a questão da adequação dos planos diretores
509dos Municípios ao Estatuto da Cidade, que isso não colocamos aqui para não ficar muito extenso o
510nosso parecer, mas isso acho que seria uma recomendação, que faço agora neste momento, à Câmara
511Técnica de Análise dos Processos de Habilitação, que prestem atenção neste detalhe, que já está em
512vigor esta nova legislação e os Municípios têm que se adequem ao Estatuto da Cidade. Então, para
513encerrar a minha intervenção, gostaria de solicitar vista ao processo de Uruguaiana, que está em
514análise aqui, e vai ser apreciado, e também gostaria de fazer duas perguntas à Câmara Técnica
515Permanente: se o Município de São Gabriel já foi aprovada sua habilitação, ou se já solicitou a
516habilitação, se foi, nós gostaríamos de ver este processo, e também se Porto Alegre já está em pleno
517processo, e Porto Alegre tem um plano de meio ambiente, pois sou membro do Conselho de Meio
518Ambiente de Porto Alegre e desconheço este plano. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Na
519verdade, só gostaria de introduzir o assunto e, em seguida, o Presidente da Câmara Técnica vai-se
520manifestar, que desde março deste ano nós viemos discutindo algumas coisas e um ponto que eu
521gostaria de tocar, que foi levantado no Relatório, é referente às audiências públicas. E o que o Dr.
522Irineu escreveu e depois esteve na Câmara Técnica para esclarecer, e isso também não está previsto na
523Resolução do CONSEMA, que no tocante às audiências públicas o plano ambiental não precisa ser
524aprovado em audiência pública, isso não está escrito na Resolução. Na verdade, o que o Dr. Irineu
525escreveu e quis, e ele está correto nisso, é de que o no plano ambiental estejam previstos que aqueles
526assuntos de interesse ambiental do Município sejam decididos em audiência pública. Foi isso que foi
527colocado no Relatório e é isso que o Dr. Irineu quis dizer com aquela colocação que ele fez desse
528Município de Não-me-Toque. Mas, como esse assunto passou pela Câmara Técnica, acho que o nosso
529Presidente da Câmara Técnica poderia-se manifestar com mais ênfase, porque todos estes dados
530levantados pelo assessor jurídico da SEMA, o Município adequou-os. Talvez o que esteja faltando no
531processo é um novo parecer do Dr. Irineu dizendo que o Município cumpriu aquilo que estava em
532desacordo. Mas tudo aquilo que o Dr. Irineu levantou o Município cumpriu. **Sr. Mário Buede**
533**Teixeira:** Com relação a esse processo temos a informar o seguinte: toda vez que recebemos na
534Câmara Técnica os processos, discutimos juntamente com a Comissão de Municipalização, e os
535técnicos, inclusive, são acompanhados de um assessor jurídico. O parecer do Dr. Irineu, quando
536permanece no processo, no momento em que ele faz o seu parecer, e a própria Comissão de
537Municipalização se encarrega de solicitar do Município as complementações que são apresentadas
538pelo Dr. Irineu. Só que o processo não retorna ao Dr. Irineu para que ele, então, confira isso. É a
539própria Comissão de Municipalização que se encarrega de fazer esta conferência e esta cobrança junto

540ao Município. E essa operação foi feita e tem sido feita em todos os processos. Nós, da Câmara
541Técnica, também julgamos conveniente que houvesse um retorno ao Dr. Irineu. Mas, a Câmara
542Técnica disse que nesses processos que já estão conosco, este procedimento não está sendo feito. De
543forma que os próximos, isso também nós já recebemos informação da Comissão de Municipalização,
544vamos ter esse parecer esclarecendo que foram atendidas as solicitações do Dr. Irineu, assessor
545jurídico. E até gostaria de passar para a Dra. Carla alguns esclarecimentos, já que ela faz parte da
546Comissão de Municipalização da SEMA para dar esclarecimentos. **Sra. Carla Maria Cipriano**
547**Pipper:** Conselheiro Dornelles, da AGAPAN. Eu faço parte da Comissão de Municipalização e não
548fui a Relatora desse processo, e infelizmente a Relatora deste processo vem acompanhando todas as
549reuniões, mas hoje não está presente. Com relação aos pontos levantados, realmente agora não teria
550como verificar. O que me chama a atenção é com relação à previsão de audiência pública, e isso foi
551uma coisa muito discutida na Comissão de Municipalização e levada para a Câmara Técnica, e consta
552lá, por lei, que não é obrigatório, e sim tem que estar previsto a audiência pública. Com relação ao
553caráter deliberativo do processo, teria que olhar, mas temos um cuidado muito grande em não passar
554nenhuma lei de Conselho que tenha caráter deliberativo. E eu acredito que a assessoria jurídica
555também. E até me surpreenda que este processo tivesse algum problema com relação a isso. Temos lá
556até alguns Municípios tendenciosos a lei do Conselho como consultivo e de assessoramento, e a gente
557explica aos Municípios de que isso não é possível e que sim fosse só a questão deliberativa no
558Conselho. E acho que quanto ao que poderia complementar neste processo, é quanto a isso. **Sr.**
559**Presidente:** A palavra está com o Conselheiro representante da SEMA. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**
560**Cunha:** Não vou discutir o mérito, mas quero apenas me ater a uma expressão usada pelo Conselheiro
561representante da AGAPAN, uma vez que essa questão tem sido recorrente por parte dessa Entidade. E
562quantas vezes aparecer, é meu dever, por uma questão de coerência, pronunciar-me. Vou ler aos Srs.
563Conselheiros quais são os membros da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada
564Estado/Município, conforme lista que tenho em mãos: “Pela FEPAM: Clebes Brum Pinheiro;
565Suplente: Cármen Franco; pela Secretaria da Cultura: Hanz Pitter Gerve; Suplente: Ivan Rodrigues
566dos Santos; pelo SINDIAGUA: Valdemar da Silva; Suplente: Maria Susete; pelo Centro de Estudos
567Ambientais: Maria Odete Pereira; Suplente: Nairo Caldeira Júnior; pela Instituição Universitária
568Privada: Mário Buede Teixeira (Presidente); Suplente: Ieda Maria Menezes; pela FAMURS: Valtemir
569Goldmeier; Suplente: Ernesto Garcia; pelos Comitês de Bacias Hidrográficas: Viviane Nabinger;
570Suplente: Maria Lígia Cassol Pinto; pela Sociedade de Engenharia: Luis Antônio Germano da Silva;
571Suplente: Aristóteles Buchaid; pela Secretaria de Coordenação e Planejamento: André Nunes;
572Suplente: Vera Regina Morandi; e, pela Secretaria do Meio Ambiente: Carla Maria Cipriano Pipper”.
573Foi afirmado que poderiam haver interesses políticos imediatos por parte dos membros da Câmara
574Técnica, insinuando-se, daí, que talvez por isso poderia estar ocorrendo algum tipo de descuido ou
575desatenção. Eu quero indagar de cada Conselheiro e respectivas Entidades aqui referidas se algum
576deles se sente movido por alguma compulsão de natureza política nas ações desenvolvidas na Câmara.
577Lamento constatar que mais uma vez se esteja levantando suspeição dessa ordem, como se nós não
578formássemos um todo, e como se as Câmaras Técnicas não fossem parte desse todo. Não podemos
579imaginar, pois, que alguns aqui neste Conselho sejam “do passo certo” e outros “do passo errado”. Se
580assim fosse, caberia repensar o papel deste Órgão. E digo mais, se tal suspeição foi levantada contra a
581SEMA ou à parcela da representação governamental neste Conselho, que aqui encarnamos, gostaria
582de reiterar – e esta é a terceira vez que estou fazendo isso – que a SEMA tem procurado agir com a
583mais absoluta transparência. Queremos deixar claro que nenhum de seus dirigentes e técnicos está
584movido por interesses de qualquer natureza, mas apenas pelas diretrizes legais que determinam a
585nossa missão. E desafio a quem tiver fundamentos sobre quaisquer atos que entenda ilícitos a que os
586apresente. Portanto, vamo-nos respeitar entre todos. Eu insisto em lembrar o que já foi dito pelo
587Secretário José Alberto Wenzel: não queremos atropelar nada, e não nos propomos a fazer nada que
588contrarie a lei. Acima de tudo, temos um compromisso com as nossas consciências. Se hoje somos

589detentores de cargos no governo, amanhã estaremos de volta aos nossos órgãos de origem, às nossas
590famílias, e queremos olhar para os nossos filhos, os nossos pares, sem qualquer conflito de
591consciência. Então, se alguém acha que o processo está ruim, que ainda tem falhas, vamos aperfeiçoá-
592lo. Mas não cabe insistir com suspeições desta natureza, pois tal atitude não soma para o conjunto do
593trabalho que tem sido realizado por este Conselho ao longo de sua história. **Sr. Guilherme Dornelles:**
594Não foi com a intenção de colocar sob suspeição todo o trabalho da Comissão. A minha manifestação
595foi clara de que alguns itens estão passando despercebidos pela Comissão, e itens que nós
596consideramos importantes. Agora, o nosso representante da FAMURS me passou o processo original
597e confirma que o Conselho de Meio Ambiente de Não-me-Toque é apenas um Conselho Consultivo,
598não é um Conselho Deliberativo, e esse é o primeiro item do nosso parecer. Quanto aos itens da
599ilegalidade, não sou advogado e nem procurador para emitir um parecer com a competência, mas está
600escrito no parecer da assessoria jurídica da Secretaria, de que há uma série de ilegalidades. E estamos-
601nos baseando neste parecer. As complementações que foram feitas, a partir deste parecer, todas
602complementações, em nenhuma delas não foram contemplados os quesitos que foram levantados, que
603foram solicitados. Inclusive há outros quesitos, que não citei aqui, como, por exemplo, de que não há
604um órgão licenciador oficial dentro do Município e isso deveria ser uma recomendação à Câmara
605Técnica de que um dos itens que se deve prestar muita atenção é se há realmente um órgão dentro da
606estrutura, da hierarquia organizacional do Município, que é o órgão licenciador ou que vai ser o órgão
607licenciador. O Município não tem este órgão, ele tem pessoas nomeadas para isso, mas não há existe
608na estrutura. O Município não tem um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, o Município não
609sabe quantos empreendimentos precisam ser licenciados, o Município não tem nenhum controle de
610fauna e flora, e a lista é enorme. Mas, quanto ao que foi dito pelo Conselheiro Cunha, apenas salientei
611que é uma preocupação nossa, das entidades ambientalistas, que haja consulta pública, no melhor
612termo, a audiência pública do plano, porque a comunidade precisa saber, ela precisa estar informada
613de qual é a política ambiental do Município. Então, nós demos ênfase a esta questão, independente de
614que tenha sido esclarecido ou não na Câmara Técnica pelo assessor jurídico, mas o parecer dele, se há
615dúvida neste Plenário com relação a isso, acho que deveremos trazer este parecer e não o que foi
616trazido aqui, o que foi colocado aqui como a documentação do processo de habilitação de Não-me-
617Toque, que foi colocada uma avaliação com um completo desconhecimento daquele parecer; e há uma
618referência, neste documento que veio de Não-me-Toque que chegou para os Conselheiros, sobre a
619ilegalidade do Plano Diretor da Cidade. Então, esse documento precisa estar aqui para que os
620Conselheiros tomar ciência da nossa posição, pois não posso, no meu parecer, reproduzir todos os
621documentos, e nem é para isso que a gente solicitou vista. A palavra de um Conselheiro deve ser
622levada em consideração. E essa é um posição oficial da AGAPAN, com base em documentos que nos
623foram entregues. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Na condição de representante da SEMA, estou
624sendo surpreendido agora com a informação de que talvez uma parte do processo não tenha sido
625repassada à AGAPAN. Se este foi o caso, temos que assumir que houve uma falha, e aí, Sr.
626Presidente, imediatamente saná-la. Como nós tínhamos algumas dúvidas sobre como atender ao
627pedido de vistas, consultamos sobre o procedimento do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e,
628informalmente, também foi consultada a Procuradoria-Geral. Fomos orientados a proceder nos moldes
629do CONAMA, ou seja, fornecer uma cópia integral do processo. E estamos sabendo agora que parte
630das informações que a representação da AGAPAN solicitou poderia estar num outro processo, que,
631com certeza, também ser-lhe-á repassada cópia na íntegra. Sr. Presidente, se tal lapso ocorreu, com
632humildade cabe assumir a falha e procurar corrigi-la, com vistas a esclarecer as dúvidas que o
633Conselheiro e a sua Entidade aqui levantaram. **Sr. Guilherme Dornelles:** A AGAPAN recebeu uma
634cópia com 251 páginas do documento, com todas as complementações, houve duas vezes as
635complementações, e a última folha do nosso documento é o parecer da Câmara Técnica Permanente
636de Gestão Compartilhada Estado/Município e a data é de 01-08-2003, e a Câmara Técnica analisou
637todos os documentos, as duas complementações, e emitiu parecer pela habilitação. Então, não sei que

638documentos estão faltando aqui neste momento. **Sr. Presidente:** Faltam informações? **Sra. Carla**
639**Maria Cipriano Pipper:** Na verdade, só tenho a lamentar se isso realmente ocorreu, e falei agora
640com a Relatora do processo e ela me disse que são dois volumes e que com esse volume só, se foi só
641esse o entregue para vocês, justamente não teria todo o processo. E eu teria que verificar isso na
642Central de Atendimento e ver se temos lá o outro volume. **Sr. Presidente:** Estamos diante de um fato
643mais ou menos novo, inédito, e meus caros Conselheiros, acabaram na desembocadura do funil, meio
644assim trancado. Vamos ver como desenleamos este nó. **Sr. Geraldo André Susin:** É mais uma
645questão de ordem. Nós começamos com os Municípios novos, com uma proposta de blocos. Depois
646passamos para um outro Município e aí gerou um problema, e na cabeça, talvez não-só na minha, mas
647na dos outros, há um problema, já às 16h, uma confusão. Então, sugiro eu a gente passe para aqueles
648Municípios que não têm problema, e esse assunto não é o momento para se tratar, pois aqui não é uma
649reunião de trabalho, é uma reunião de decisão, pois senão, não vamos cumprir a pauta e vamos ficar
650aqui sem ter os olhares com todo o processo em mente, e sob o risco de aprovar, de forma equivocada,
651se for aprovar alguma coisa. E tenho dúvidas sobre outros Municípios e gostaria de também entrar
652neste debate. Para organizar, começar pela parte menos dolorosa e deixar a parte dolorosa para outro
653dia. **Sr. Presidente:** O Conselheiro Susin está-se revelando salomônico. **Sr. Geraldo André Susin:** É
654a convivência. **Sr. Alexandre Bugin:** Sr. Presidente. Queria ratificar uma observação que eu fiz,
655acredito que na primeira vez, faz umas quatro reuniões, e depois novamente coloquei este assunto, e
656hoje está-se comprovando mais uma vez, e aí vem as minhas preocupações que já venho
657demonstrando. Primeiro, estamos a cada reunião de habilitação dos Municípios gastando mais tempo
658em cima destes processos. Significa que está crescendo a questão dos questionamentos que os
659Conselheiros estão fazendo, da preocupação dos Conselheiros. Foi há 03 reuniões que foi definido
660que quando se fizesse um ano de habilitação, que teríamos um processo de avaliação e até agora isso
661não foi feito. E eu, pessoalmente, e representando os Comitês, porque a gente tem ouvido isso aí nos
662Comitês, e alguns questionamentos que eu faço, e eu tenho algumas dúvidas, se um ano após, um ano
663e meio, temos tido melhorias no sistema ambiental no Rio Grande do Sul, que é o objetivo maior. E
664tenho dúvidas, e tive conhecimento de algumas questões. E acho que é extremamente importante que
665a gente realmente pense e trabalhe com um pouco mais de calma e gaste um tempo agora, numa
666próxima reunião, para se fazer este processo de avaliação, e aí não somente avaliação por parte dos
667Municípios. Acho importante nós fazermos uma avaliação por parte da Secretaria, por parte das
668instituições, dos Comitês, enfim, temos que tentar ter claro exatamente isso: está ocorrendo melhoria
669no sistema? Particularmente, tenho dúvidas. Talvez haja melhorias em processos, em agilizações, mas
670acredito que haja questões que me parecem que não estão ainda claras em termos de melhoria como
671um todo. E estamos cada vez mais gastando tempo com dúvidas importantes, concretas e que estão
672ocorrendo. E a gente tem que tomar cuidados. **Sr. Presidente:** Conselheiro Alexandre Bugin, esse é o
673exatamente o item seguinte, o item 3 da pauta da reunião de hoje, que, aliás, ao chegarmos a ele,
674considerando as suas observações, acreditamos ser pertinente, talvez um tratamento um pouco
675diferenciado, porque o que o Conselheiro propõe inclui uma avaliação quali-quantitativa. E isso,
676obviamente, não teríamos, digamos assim, de fazê-lo, em meros 30 minutos. Salvo melhor juízo, nós
677nos restringiríamos a uma explanação onde se traz ao conhecimento dos Conselheiros de qual é o
678quadro hoje, ou seja, o que os Municípios fizeram. Municípios, vamos avaliar isso, vamos ouvir para
679passarmos depois ao desdobramento, com a análise e votação dos Municípios propostos para
680habilitação na reunião de hoje. **Sr. Guilherme Dornelles:** Acho que a gente perdeu bastante tempo.
681**Sr. Presidente:** Não é perda de tempo. **Sr. Guilherme Dornelles:** Refiro-me ao fato de que foi
682colocado que há uma documentação que não foi repassada para análise. Automaticamente, o processo
683não pode ser avaliado hoje, e vamos ter que reavaliá-lo. Em nossa opinião não falta documentação,
684mas havendo esta informação, Não-me-Toque fica fora, é evidente, e pode prosseguir normalmente a
685reunião dando espaço para os Conselheiros que queiram pedir vista aos processos, que é um
686procedimento normal do Conselho. **Sr. Geraldo André Susin:** Para o meu controle, o Conselheiro

687Guilherme solicitou vista para quais os processos? **Sr. Presidente:** Uruguaiana. **Sr. Geraldo André**
688**Susin:** Temos aqui o Município de Nova Bréscia, e não houve unanimidade entre os membros da
689Câmara Técnica para o processo de licenciamento. Então, gostaríamos de saber o motivo do porquê
690não foi unânime. **Sr. Mário Buede Teixeira:** O Município de Nova Bréscia encaminhou, no ano
691passado, o primeiro pedido. E os senhores não têm idéia de como eram os planos ambientais dos
692primeiros Municípios que encaminharam o pedido de processo para nós. Muitas vezes, os planos
693ambientais tinham apenas três páginas. Então, tivemos um problema muito sério no ano passado e ano
694retrasado, e devolvemos muitos pedidos. E é muito complicado isso, porque os Municípios, realmente,
695não tem equipe multidisciplinar para elaborar o plano ambiental. Não há uma cultura de
696planejamento, e não vou falar nem nos Municípios e não há no Brasil uma cultura de planejamento.
697Então, querer que um Município elabore um plano ambiental em questão de meses é impossível.
698Desde o início, percebemos este problema e naturalmente que muitos destes processos tivemos que
699mandar de volta e aos poucos eles foram melhorando, mas, mesmo assim é difícil de encontrar um
700plano ambiental que realmente seja um documento de planejamento para que o Município se estruture
701e realize, então, o processo de licenciamento ambiental embasado em planejamento. No caso
702específico aqui de Nova Bréscia o Município encaminhou, da primeira vez, um plano ambiental um
703plano ambiental muito fraco, inclusive com erros, com erros de interpretação na área de vegetação.
704Por ser autor de um trabalho de vegetação e ter sido utilizado indevidamente, foi fácil para eu
705identificar este erro. E, solicitamos que o Município refizesse o trabalho. O Município refez o
706trabalho, reencaminhou, inclusive a própria área técnica do Município fez um contato diretamente
707comigo e me solicitou esclarecimentos. Eu prestei estes esclarecimentos por e-mail e constatei, nesta
708última reunião que tivemos, e ele voltou à apreciação, que esses esclarecimentos que havia prestado
709ao Município não foram incorporados. De forma que um dos votos contra, em nossa reunião, foi meu,
710por esta razão, e sou obrigado a esclarecer. Agora, nós temos a relevância de um detalhe técnico que
711pode-se existir para mim, mas que não invalide todo o trabalho do plano ambiental. De forma que o
712meu voto foi contrário, mas nós tivemos um consenso e foram três votos a favor da habilitação, dois
713contra, e um se absteve de votar. De forma que foi provada a habilitação do Município. Agora,
714naturalmente que vamos ter, em qualquer tipo de votação, a mesma situação. Se nós submetermos este
715plano ambiental a este Plenário aqui, possivelmente muitos vão ter os seus votos vencidos, e não vai
716ser por isso que a maioria não vai aprovar uma determinada habilitação. Então, quero lembrar aos
717senhores que estas discordâncias são perfeitamente normais quando se trata de uma decisão colegiada.
718**Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente, senhoras e senhores Conselheiros. Estou um pouco
719confuso, e vou repartir esta minha angústia com todos vocês. Tenho entendimento que as Câmaras
720Técnicas são órgãos de assessoria do Conselho para debatem à exaustão os assuntos específicos que
721lhe são destinados. No caso presente, de habilitação de Municípios tenho a convicção de que essa
722Câmara Técnica está perfeitamente habilitada para analisar os pedidos de habilitação dentro dos
723marcos legais que regem este assunto. Ressalto que considero da mais alta importância desta
724descentralização do licenciamento. É preferível, muitas vezes, ocorrem licenciamentos, sem o
725rigorismo necessário, e que podem ser corrigidos, do que ocorrerem as ilegalidades, ou por falta de
726conhecimento ou até por má-fé. E é um processo, não é um ato definitivo, é um processo que se cria,
727que se constrói e que avança. Quero, sobre este aspecto, deixar uma sugestão, e não sei se é válida,
728mas de que nos processos de habilitação, daqui para a frente, só venham a homologação ao Conselho,
729como determina a legislação, quanto a unanimidade dentro da Câmara Técnica. Quando não há
730unanimidade, e que o assunto seja debatido, que haja um grau de recurso ao Conselho e nós termos,
731então, uma reunião do Conselho específica para analisar os recursos que estão ocorrendo dentro desta
732Câmara Técnica, porque sinto que na reunião de hoje, se nós formos debater até o fim este assunto,
733nós gastaremos toda a tarde, porque foram muitas horas que a Câmara Técnica debateu sobre o
734assunto e não conseguiu unanimidade, e que esses assuntos sejam específicos de reuniões quando não
735houver consenso. E como eu cheguei atrasado, que eu peço desculpas a todos vocês, e vou ter que sair

736adiantado, peço permissão para dois registros, aproveitando esta minha oportunidade de falar:
737primeiro que cheguei bem na hora da votação de uma proposta da Dra. Silvia Capelli e eu pedi
738abstenção porque o meu voto não é pessoa e sim representativa e eu não sabia do que se tratava.
739Fosse voto pessoal, eu votaria no escuro com a Dra. Silvia, pela confiança, pelo respeito que eu tenho
740por ela. Mas, sendo um voto representativo teria que saber o que se votava. E durante o desenrolar da
741reunião tomei conhecimento do assunto, e quero então, retirar a abstenção e dar o voto de aprovação
742da FARSUL à proposta da Dra. Silvia. E a segunda manifestação, Sr. Presidente, obrigado pela
743compreensão e de todos os Conselheiros, como vou ter que me retirar às 16h30min, no tema sobre a
744Conferência Estadual do Meio Ambiente, queremos registrar o oferecimento da FARSUL de
745participar ativamente, seja em alguma Câmara, seja em alguma Comissão, e na condição de Diretor
746Executivo da AGEFLOR, mesmo a AGEFLOR não fazendo parte do CONSEMA, mas estamos
747também com a maior boa vontade e disposição de participar dessa Conferência com muito trabalho e
748com muito entusiasmo. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Em nome da FAMURS gostaria de
749pedir o encaminhamento em relação ao assunto em pauta, e gostaria de colocar aos Srs. Conselheiros
750que o processo de habilitação é efetivamente, como a palavra diz, um processo. O Município se
751habilita e também há a possibilidade de desabilitação dele e está previsto na Resolução do
752CONSEMA que criou este rito, a complementação de dados durante um determinado período. Então,
753gostaria de deixar os Conselheiros tranquilos de que casa algum Município tenha deixado de
754apresentar alguma informação, a própria Resolução do CONSEMA cria a possibilidade de que o
755Município teria seis meses para complementar informações, e isso foi aprovado aqui neste Conselho.
756Então, Sr. Presidente, sugiro que a gente coloque o assunto em votação e aqueles Municípios que
757algum Conselheiro entender que tenha alguma dúvida, por favor, peça que sejam encaminhadas
758complementações, se necessárias. E a gente faça um avançar em relação ao assunto. Quanto ao
759próximo assunto em pauta de nossa reunião, que é o Relatório dos Municípios habilitados, e
760considerando a manifestação do Conselheiro Bugin, gostaria de que fosse retirado da nossa pauta de
761hoje e que, então, numa próxima reunião, fizesse uma reunião abordando todos esses aspectos que
762foram levantados, e não só um relatório, mas um relatório e uma avaliação e aí faríamos uma
763apresentação envolvendo tanto os Municípios quanto o próprio Ministério Público, a SEMA, todos se
764manifestando e qual é a visão de todos nós em relação ao assunto municipalização. **Sr. Presidente:**
765Acreditamos que possivelmente, não de uma forma definitiva, mas exaustivamente discutimos
766questões pertinentes. E evidentemente por se tratar de um processo relativamente recente é natural
767que isso ocorra, e que no bojo deste processo avancemos rumo aquilo que acreditamos, e até prova em
768contrário, é meta de todos, inclusive das administrações municipais. **Sr. Geraldo André Susin:**
769Temos uma sugestão que nesse documento entregue dos Municípios fosse colocado, no final, a
770votação. Então, tendo isso em vista, pedimos vista de Nova Bréscia. **Sr. Presidente:** Ainda não
771estamos votando. **Sr. Mário Buede Teixeira:** O Conselheiro poderá constatar que em todos os
772documentos encaminhados ao Presidente, que, ao final, no penúltimo parágrafo, fica esclarecido que
773foi aprovado por unanimidade, e, quando não houve unanimidade, foi citado. Quer dizer, que já está
774sendo feito isso. **Sr. Geraldo André Susin:** Eu li o material, mas que fosse quantificado quem é
775quem, como se faz normalmente. (Manifestação do Plenário). **Sr. Geraldo André Susin:** Gostaria de
776respeito dos Conselheiros, a gente faz uma proposta, e se tem algum problema de agressividade, a
777gente se retira, se é o caso. Obrigado. **Sr. Presidente:** Temos aqui uma profusão de aspectos que vou
778tentar sintetizar em dois ou três deles; nos temas apreciados nas Câmaras Técnicas e que têm chegado
779a este Conselho, os mais polêmicos têm sido em relação à homologação de Municípios para sua
780habilitação para o licenciamento ambiental. Consulto o Conselheiro Susin: a Câmara Técnica já tem
781um procedimento, já tem um Regimento que organiza o seu funcionamento. Conselheiro, estaria
782propondo que fosse revisto este Regimento de funcionamento? **Sr. Geraldo André Susin:** Foi
783colocada um sugestão, só isso. Pode ser colocado em votação. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr.
784Presidente. Confesso a minha ignorância em relação ao Regimento de funcionamento das Câmaras

785Técnicas, mas faço uma proposta de que todos os temas debatidos nas Câmaras Técnicas que
786alcancem a unanimidade nestas discussões, e venham ao Plenário do Conselho que sejam aprovados,
787numa demonstração da nossa confiança no trabalho das Câmaras Técnicas. Quando houver qualquer
788tipo de dissensão durante a discussão e que não haja unanimidade, ou que haja abstenção ou que haja
789vote contrário, que a Câmara Técnica leve em grau de recurso ao Plenário do Conselho e que se façam
790reuniões específicas do Conselho para esses assuntos, porque estes assuntos são muito demorados.
791Uma Câmara Técnica leva uma, duas, três discussões para chegar a um resultado, que se não é
792unânime, nós, com uma tarde inteira de Conselho, não vamos conseguir. Então, somente que o Porto
793Alegre do Conselho tenha esse voto de confiança na Câmara Técnica e quando houver unanimidade, e
794quando não houver unanimidade, aqueles votos vencidos ou aquelas abstenções, podem entrar num
795grau de recurso e vir ao Plenário e aí se tem que mudar o Regulamento da Câmara Técnica, mude-se.
796É a minha proposta. **Sr. Presidente:** Vamos dando o encaminhamento: acreditamos que a proposta do
797Conselheiro José Lauro de Quadros seja pertinente e mereça a nossa atenção, até porque parte dos
798integrantes da Câmara Técnica tem também assento neste Conselho. Então, há a necessidade de se
799dar, sim, um crédito, caso contrário, nós estaríamos num *bis in idem*, ou seja, poderíamos dispensar o
800trabalho da Câmara Técnica, e aí, Srs. Conselheiros, nós precisaríamos reunião de dia inteiro.
801Acreditamos que sim, e no bojo da análise que nós também vamos encaminhar para deliberação da
802proposta de dois Conselheiros de que o Item 3 da pauta passe para uma próxima reunião,
803considerando a proposta do encaminhamento da avaliação, nós teríamos um conjunto de três, antes de
804passarmos para a votação, encaminhamentos. Primeiro, do Conselheiro José Lauro de Quadros:
805vamos proceder de acordo com a proposta do Conselheiro José Lauro de Quadros em relação aos
806trabalhos das Câmaras Técnicas, qual seja, salvo nas situações de não unanimidade e que existam
807dúvida, estes Municípios viriam a este Conselho para discussão. Os demais seriam, no caso,
808homologados por este Conselho com base no trabalho da Câmara Técnica. **Sr. José Lauro de**
809**Quadros:** Complementando, de todas as Câmaras Técnicas, e não só sobre a habilitação de
810Municípios, de todos os assuntos debatidos em Câmaras Técnicas quando não alcançarem
811unanimidade, por pedido de um dos participantes da Câmara Técnica, que venha em grau de recurso
812ao Plenário, com reuniões específicas. **Sr. Guilherme Dornelles:** Acho meritória a proposta mas não
813seria necessário. Se vier a assinatura dos membros da Câmara Técnica ou o resultado da votação, o
814Conselho pode entender e pedir vista ao processo. Não podemos, com a proposta que está sendo
815colocada, impedir isso. E acho que não fica prejudicada esta proposta com a proposta do Geraldo. Se
816vier o número de votos, não precisam ser identificados os votos. Se tiver o número de votos o
817Conselho tem plenos poderes para solicitar a apreciação em separado daquele processo. E acho que é
818meio perigoso a gente estender a todas as Câmaras Técnicas, que outras Câmaras Técnicas têm
819processos diferenciados de funcionamento, e vamos estar amarrando o Conselho. E acho que as duas
820propostas se casam assim, mas acho perigoso a gente estender isso e às vezes nem sempre a
821unanimidade quer dizer alguma coisa. E acho que melhor a gente colocar só os votos. **Sr. Luiz Paulo**
822**Rodrigues Cunha:** O Art. 22 do Regimento regula que as decisões das Câmaras Técnicas serão
823tomadas com votação da maioria simples de seus membros. Constato aqui uma diferença no
824procedimento das Câmaras Técnicas do nosso Conselho com a forma de agir das Câmaras Técnicas
825do Conselho Nacional, nas quais as decisões são tomadas por consenso, e não por voto. Penso que a
826gente pode evoluir no futuro, em nosso Regimento, na mesma linha do CONAMA, com as decisões
827sendo tomadas por consenso, o que não necessariamente significa unanimidade. Podem até ocorrer
828divergências em questões pontuais, mas estas não chegam a comprometer o conjunto do parecer.
829Mantido o sistema como está, sempre que houver ao menos um voto contrário, tal fato ensejará
830inquirições ou até mesmo pedidos de vista. Mas convém lembrar que, na verdade, quem vota é o
831Conselho, sendo que as Câmaras Técnicas são órgãos de assessoramento deste. **Sr. Geraldo André**
832**Susin:** O procedimento que vem sendo levado pelo Conselho é a entrada do processo para o
833Conselho, do Conselho vai para a Câmara Técnica e da Câmara Técnica retorna e a deliberação. E

834isso não deve ser mexido, esse é o fluxo. O que foi colocado, da nossa parte, era que houvesse uma
835maior transparência, que os membros assinassem no caso de não unanimidade, e a idéia não era criar
836uma polêmica, e este era o ponto sem maiores dificuldades, era para aumentar a visibilidade dos
837resultados, não era para mudar nada, era aumentar a qualificação de quem está nas Câmaras Técnicas
838para que a gente tivesse uma leitura, mas não para mudar o fluxo do processo. Obrigado. **Sr. José**
839**Lauro de Quadros:** Acho que o Dr. Luiz Paulo foi bem claro: temos um sistema de aprovação das
840matérias nas Câmaras Técnicas por votação, no CONAMA é por consenso, mas, de qualquer maneira,
841ou por votação, por maioria simples, ou por consenso, no nosso caso, no Rio Grande do Sul, da forma
842que nós vimos trabalhando ao longo do tempo, acho que sempre há esta possibilidade de nós, no
843Plenário, questionarmos as decisões tomadas nas Câmaras Técnicas, pois, em realidade, quem
844homologa a decisão tomada numa Câmara Técnica, é a Plenária do Conselho. E queria dizer ao
845Conselheiro Dornelles que talvez, porque eu seja o mais velho aqui dentro desse Conselho, e tem
846aquela ânsia de pressa em resolver coisas para tentar, ver ainda neste tempo que me resta, sonhos que
847não consegui realizar, e é sempre buscando agilizar as decisões. Nós estamos há uma hora debatendo
848um assunto que talvez tenha levado duas, três, quatro ou cinco reuniões da Câmara Técnica. E se o
849assunto ficar aberto na pauta talvez até em mais duas horas não venhamos a chegar a uma conclusão.
850Quando fiz a proposta de que se a Plenária decidiu por unanimidade, e fosse referendada, numa
851demonstração de confiança, o Conselheiro Dornelles mencionou muito bem: “Toda unanimidade é
852burra”, dizia o Nelson Rodrigues. E atendendo que isso seja uma grande verdade, que toda a
853unanimidade é burra, Então, que não se aprove, no Plenário do Conselho a unanimidade das Câmaras
854Técnicas, mas que quando houver alguma dúvida, que haja um grau de recurso no Plenário, que o
855assunto volte para o debate no Plenário e que se convoque reuniões específicas, mas não dentro de
856uma pauta variada, como a nossa, com nove ou dez assuntos, já gastamos uma hora, e se o assunto
857ficar em aberto, vamos gastar mais 3 horas. Os assuntos polêmicos nas Câmaras Técnicas que tenham
858unanimidade, aprovados. Mas, se ainda assim, no Conselho houver dúvida, que se reabra o assunto, e
859isso é um direito democrático dos Conselheiros no Plenário, marque-se uma reunião específica para
860que se possa debater com a profundidade que a Câmara Técnica debateu o assunto e para que
861dúvidas, eventualmente existentes, possam ser dirimidas, mas que nós possamos utilizar este sistema
862das Câmaras Técnicas para agilizar as nossas conclusões aqui no Plenário. É no sentido de colaborar e
863não de complicar ou de cercear o direito que cada Conselheiro, um direito assegurado pela lei que
864criou o nosso Conselho e um direito de consciência de cada um de nós, de fazer as coisas pelo melhor.
865**Sr. Valtemir Goldmeier:** Gostaria de ratificar o que o Conselheiro Lauro colocou e entendo que se
866foi discutido na Câmara Técnica e se for por unanimidade acho que é possível, e gostaria de trazer
867para o nosso Conselho a experiência do Conselho Estadual de Saúde, porque lá no Conselho Estadual
868de Saúde também há um repasse do Estado para os Municípios. E lá o Conselho também homologa.
869Então, só gostaria de colocar que muitas pessoas hoje têm falado em Conselho Estadual de Saúde,
870dizendo que o SUS é um sistema perfeito, maravilhoso, é um exemplo para ser seguido. Então, talvez,
871a sugestão é que este sistema também seja adotado pelo nosso Conselho. E isso está indo ao encontro
872a algumas outras reuniões que temos feito e discutido assuntos em relação a tal habilitação. Então,
873isso talvez a gente vá ter que abordar mais adiante. Agora, concordo com o Conselheiro Lauro e acho
874que se as Câmaras Técnicas existem, se nós nos reunimos duas vezes por mês, se essas reuniões são
875públicas, são abertas, qualquer Conselheiro que quiser participar da reunião vai lá, os processos são
876colocados à disposição de todos, é analisado, e antes disso a Comissão de Municipalização da SEMA
877faz uma análise criteriosa, faz esse trabalho com o Conselho, e me perdoe, mas concordo com o
878Conselheiro Lauro. Acho que as Câmaras Técnicas têm que ser fortalecidas neste sistema. **Sr.**
879**Presidente:** Considerando existir uma proposta do Conselheiro Susin no sentido de que sejam
880consignados os votos, as manifestações, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Técnica, se há alguma
881objeção nesse sentido. **Sr. Mário Buade Teixeira:** Claro que não, não existe nenhuma objeção. **Sr.**
882**Presidente:** Resolvida a questão. Vamos para a apreciação dos 08 processos propostos, com um

883retornando do pedido de vista, para que fique bem evidenciado qual o desdobramento em relação a
884cada Município, nós vamos colocar em votação, começando pelo Município de Não-me-Toque. **Sr.**
885**Guilherme Dornelles:** Só não sei o termo jurídico correto para este procedimento. Eu pedi vista, mas
886agora foi informado que não me foi fornecido todo o material, e acho que não é pedir vista
887novamente, só isso. **Sr. Presidente:** Mantém-se o pedido de vista. Para elucidação das questões
888levantadas pelo Conselheiro Dornelles, retificando uma informação, que a SEMA nos repassa. Na
889verdade, Conselheiro Guilherme, as informações prestadas no processo a que a AGAPAN teve acesso
890estão completas, não há um segundo processo. Pergunto: o Conselheiro mantém a solicitação? **Sr.**
891**Guilherme Dornelles:** Mantemos o parecer pela não-habilitação. **Sr. Presidente:** O procedimento é
892de colocar à apreciação do Plenário, a manutenção da proposição do Conselheiro Dornelles ou não.
893**Sr. Geraldo André Susin:** No caso do Conselheiro ou Entidade, que ele representa, verifica
894problemas na habilitação, o que antecede é sanar estas dificuldades, e não é aprovar, patrolar um
895parecer técnico, e seria sanar esta situação ou voltar para Câmara Técnica ou solicitar ao Município
896que se defenda, e não simplesmente se aprovar ou não. Não é esta a questão. **Sr. Luiz Paulo**
897**Rodrigues Cunha:** Acho de extremo bom-senso a sugestão do Conselheiro Geraldo, porque se há
898dúvidas, e até mesmo eventuais inconsistências no processo, interessa a todos saná-las. Encaminharia,
899pois, no sentido de que o mesmo retorne à Câmara Técnica, e que esta aprecie as questões levantada
900pela AGAPAN. A propósito, gostaria de sugerir, e até mesmo propor, que a AGAPAN marque
901presença pró-ativa nesta Câmara Técnica com o melhor das suas competências intelectuais, seja dela
902participando de forma permanente ou apenas para discutir as questões de seu interesse mais direto,
903inquirindo sobre tudo o quanto tenha dúvidas e, assim, poder votar com toda a tranqüilidade. Dentro
904do que já foi dito, também entendo que não tem sentido submeter à votação o parecer da AGAPAN.
905Reitero, acompanhando o entendimento já manifesto por outro Conselheiro, encaminhamento no
906sentido de que o processo retorne à Câmara Técnica, e que esta dê um parecer conclusivo,
907preferencialmente com a participação direta das pessoas que têm dúvidas suscitadas, para a maior
908clareza do voto delas, e também do nosso. **Sr. Alexandre Bugin:** A mesma proposição. **Sr. Valtemir**
909**Goldmeier:** Em relação ao assunto, concordo com o Conselheiro Cunha, só que acho que, no futuro,
910o encaminhamento tem que ser diferente. A Entidade ou Conselheiro que pedir vista de qualquer
911processo vai ter que emitir um parecer. E esse parecer, assim como os outros documentos, devem ser
912encaminhados aos Conselheiros com antecedência, entendo que este assunto está prejudicado, porque
913a SEMA não tomou conhecimento do parecer da Entidade, e nós, na Câmara Técnica, e está aqui o
914Presidente da Câmara Técnica, e eu faço parte da Câmara Técnica, e como aprovamos isso lá,
915entendemos que a gente teria que ter acesso a esse parecer para que pudesse-se manifestar. Porque
916fomos tomados de surpresa, o relatório foi lido em Plenário, não tivemos acesso ao documento, e
917entendo também que a SEMA, por meio da Comissão de Municipalização, vou fazer esse pedido, Sr.
918Presidente, de que nesses pedidos de vista haja uma atenção ao Conselheiro e a Entidade, no sentido
919de tentar, já aqui na SEMA, esclarecer as dúvidas que possam existir, para que quando o relatório seja
920feito, eventualmente, de repente há algumas respostas, que são levantadas, e as respostas já estão
921dentro do processo. Então, acho que o encaminhamento tem que ser diferente. E acho que o parecer
922tem que ser feito com antecedência, tem que ser encaminhado aos Conselheiros e acho que a Câmara
923Técnica tem que receber o parecer feito para se posicionar para a reunião, senão, é inviável nós
924votarmos aqui no Conselho. **Sr. Mário Buade Teixeira:** Gostaria de aproveitar esta polêmica para
925convidar aquelas instituições, que estão aqui representadas, para fazer parte da nossa Câmara Técnica.
926Seria muito interessante termos mais instituições lá para tomarmos esta decisão. E todas aquelas
927instituições que tiverem interesse, poderiam solicitar ao Sr. Presidente, enfim, encontrar uma forma,
928pois perdemos uma instituição que solicitou o seu desligamento, que era a FARSUL. Se houver esta
929possibilidade de substituição, as instituições que estão interessadas em fazer parte estão convidadas,
930pelo menos de nossa parte, e seria muito interessante isso. Obrigado. **Sr. Guilherme Dornelles:** Foi
931na primeira reunião que participei aqui, que encaminhei sugestões de como poderia ser o processo de

932análise desses pedidos de habilitação. Acho que o item 3 da nossa pauta vai tratar disso, e acho que o
933assunto está amadurecendo. Não vejo sentido, no momento, retornar o processo para a Câmara
934Técnica porque, obviamente, ele vai retornar para esta Câmara Técnica, vai ser a primeira apreciação
935dele agora pela Câmara Técnica, e a Câmara Técnica está no direito dela de olhar o trabalho que ela
936fez e o que está acontecendo. Então, acho que deveremos abrir, fica a sugestão ao Presidente, esse
937item 3 numa próxima reunião, para fazer esta avaliação, porque acho que se houver uma metodologia
938bem afinada, não vamos dispendir todo esse tempo na análise dos processos, e vamos discutir as
939coisas que são realmente importantes, porque este processo, no meu entender, são 250 páginas, lidas
940de frente para trás, e de trás para frente, para não chegar aqui e dizer coisas que são inverdades. E para
941não dispendermos um tempo desnecessário, já que as Câmaras Técnicas têm essa finalidade de
942agilizar os nossos trabalhos, que a gente estabeleça uma rotina mesmo de avaliação dos processos, que
943acho que temos que fazer esta discussão aí, e afinar bem isso aí. E vejo que não há nenhum mal a
944gente votar os processos agora, os que não foram habilitados, não vão ser habilitados, vão voltar para
945os Municípios, vão voltar para a Câmara Técnica e acho que temos que avançar no nosso processo de
946análise para melhorar o desempenho do Conselho. **Sr. Geraldo André Susin:** Sobre a fala do
947Conselheiro Valtemir, pelo Regimento Interno, havendo pedido de vista, sai da pauta e entra na
948próxima reunião. Mas, para organização, a quem pede vista, é necessário um tempo. E solicitar que
949seja encaminhado antes um parecer, e isso é queimar uma fase. Então, a gente tem que ter uma
950paciência, que a coisa tenha o seu tempo, e é um processo, e todo o processo tem suas fases e o seu
951tempo. Então, é quase que impossível uma organização avaliar, emitir antes; não, volta para a
952próxima reunião do Conselho, caso não havendo problemas, é votado favoravelmente, é habilitado, e
953havendo problemas, vai para a Câmara Técnica, volta, e é com calma, e esta ânsia, não precisa ter um
954desespero de querer habilitar para não ter custos futuros de estar aprovando com problemas. **Sr.**
955**Presidente:** Dos 08 Municípios, não entram para apreciação já, pelo pedido já explicitado do
956Conselheiro Geraldo Susin, o Município de Nova Bréscia. Há o pedido de vista, o Conselho terá
957acesso ao processo integral para proceder a sua análise. O Conselho Guilherme Dornelles, da
958AGAPAN, pediu vista ao processo de habilitação do Município de Uruguaiana, portanto, nos mesmos
959termos que acabamos de enunciar em relação ao Município de Nova Bréscia. Assim como, não reúne
960condições de apreciação, nesta reunião, o Município de Não-me-Toque. Portanto, estes Municípios
961retornam, por força regimental. **Sr. Paulo Roberto Farias:** Sou o Secretário da Agricultura,
962Desenvolvimento e Produção de Não-me-Toque, e queria cumprimentar o Sr. Presidente, e
963cumprimentando a ele, cumprimento todos os outros Conselheiros, e os demais presentes. Queremos
964deixar aqui externada a nossa insatisfação plena, porque duas vezes que viemos a este Plenário com o
965nosso processo e é pedido vista a ele. E as colocações que o representante da AGAPAN fez, que nós
966mandamos para este Conselho tudo aquilo que foi pedido pelo Dr. Irineu. E outra coisa, que hoje saio
967determinado daqui para os Srs. Conselheiros refletir muito bem, que não sou que está dizendo isso: as
968Câmaras Técnicas hoje ficaram diminuídas, e em muito, porque pareceres das Câmaras Técnicas não
969têm mais valor, e as Câmaras Técnicas não precisam-se reunir, porque aqueles seus votos não são aqui
970ratificados, porque Não-me-Toque foi por unanimidade, e não houve problema nenhum. E para ele,
971todas às vezes que vem aqui, pede vista. E quando é que vai ser votado? E nós deixamos aqui a nossa
972revolta, não aceitando essa maneira de procedimento que está sendo dado para o Município de Não-
973me-Toque, que é um Município progressista, um Município que tem todas as condições para ter o seu
974meio ambiente legalizado em baixo impacto lá. Muito obrigado a todos, desculpe, e estou-me
975retirando da reunião. **Sr. Guilherme Dornelles:** Qual é o impedimento de votação do parecer da
976AGAPAN? Colocamos que não há nenhum impedimento. O nosso parecer é pela não habilitação, e
977não entendi porque vai ser retirado da votação hoje. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu pergunto
978ao Sr. Presidente, se é pertinente as partes interessadas de um processo opinar sobre juízo de valor
979sobre os Conselheiros, sobre o próprio Conselho, sobre as Câmaras Técnicas, como foi agora, enfim,
980declinado por uma das partes interessadas. Parece-me que a parte interessada pode defender

981tecnicamente, mas não fazer um juízo de valor sobre os Conselheiros, o Conselho ou as Câmaras
982Técnicas. **Sr. Presidente:** Fica o seu registro, prezado Conselheiro. Chamei inclusive o Paulo de la
983Rocha para consultá-lo acerca dos desdobramentos a partir da volta ao Plenário, depois de um pedido
984de vista, qual é o procedimento regimental efetivo em relação a isso. A orientação que tenho é a de
985que face o levantamento de itens que apontam de acordo com o relatório da Entidade Conselheira que
986pediu vista acerca da ilegalidade, seria de bom alvitre que esta retornasse à Câmara Técnica a fim de
987que se verifique, ou não, a existência da ilegalidade, razão pela qual, enunciei a retirada de pauta
988também, novamente, do Município de Não-me-Toque, considerando esse raciocínio, não seria lógico
989colocar em votação, que havia sido a minha primeira proposta, e que foi contra-argumentada inclusive
990pelo Conselheiro Luís Paulo Cunha, ou seja, para não se incorrer no risco de aprovar uma ilegalidade.
991Então, dirimam-se as dúvidas, e retorne a este Conselho. Encaminhando agora: Nova Bréscia, a
992pedido da ALGA, Uruguaiana pela AGAPAN e Não-Me-Toque, ficam fora do processo de votação
993desta 56ª Reunião Ordinária do CONSEMA, para retornarem numa próxima reunião. Temos ainda os
994Municípios de Água Santa, Travesseiro, Progresso, Restinga Seca e Tapejara, que, da Câmara Técnica
995tem parecer unânime pela sua habilitação. Considerando, portanto, que estes Municípios têm este
996parecer, consulto inicialmente para um desdobramento rápido: votamos os 05 Municípios em bloco,
997ou, separadamente, um por um. Votamos em bloco: manifestem-se os Conselheiros favoráveis: 15
998votos favoráveis; contrários: não; abstenção: 01. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Um
999esclarecimento sobre o Município de Água Santa. Aqui é relatado que ele possui um Departamento de
1000Meio Ambiente vinculado a sua Secretaria da Agricultura, e que tem um profissional, de nível
1001superior, como responsável pelo licenciamento. Depois, cita também que há um contrato de prestação
1002de serviços com uma empresa de projetos e consultoria. Para mim não está claro se este profissional
1003tem vínculo empregatício com o Município ou com esta empresa privada. E também pergunto o
1004seguinte: que tipo de prestação de serviços essa empresa vai dar para o Departamento de Meio
1005Ambiente, já que é uma empresa de projetos e consultoria, e eventualmente, ela também encaminhará
1006projetos com impacto ambiental. E como uma empresa pode atuar nas duas pontas: no licençã e na
1007apresentação de projetos? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Só esclarecendo o Conselheiro, é de que a
1008Resolução do CONAMA que criou o rito legal do licenciamento ambiental das atividades de impacto
1009local pelos Municípios diz que o Município tem que ter profissionais no seu quadro ou a sua
1010disposição. E a maioria dos Municípios tem-se valido da possibilidade de contratar profissionais para
1011auxiliá-lo na elaboração de laudos técnicos na análise de processos de licenciamento. Agora, em
1012momento algum os Municípios permitem que o mesmo profissional, que trabalha na parte de
1013licenciamento, apresente projetos naquela Prefeitura. Portanto, isso na maioria dos Conselhos
1014Municipais de Meio Ambiente já é colocado como impedimento, até porque vai ter a fiscalização do
1015Ministério Público sobre isso. Então, entendo que é uma possibilidade que não vai existir. **Sr. Clebes**
1016**Pinheiro:** Como acompanhei a elaboração destes processos, e até me preocupei com algumas coisas,
1017e é bastante premente. Sob o ponto de vista legal, e da própria Resolução, é possível, sim, dentro do
1018que for apresentado por este Município, ele tem esse funcionário. E há uma portaria do Prefeito que o
1019nomeia como seu servidor, não sei se é CC ou qual é outra função, mas há uma portaria de
1020remuneração que lhe atribui esta função. E ao longo do cômputo do processo observei também esta
1021prestação de serviço, que, sob o ponto de vista legal, como o representante da FAMURS salientou,
1022não cabe à Câmara Técnica discutir as questões sob o ponto de vista legal. Nesse sentido, lançamos
1023parecer favorável em função disso. E o representante desta cooperativa que presta serviços, da
1024impossibilidade desse grupo elaborar projetos no próprio Município uma vez que eles vão estar
1025vinculados com o vínculo de laudos técnicos e foi uma preocupação bastante premente. E as coisas
1026dentro da municipalização é processo, e se há coisas nesse sentido que os Conselheiros acham
1027premente reavaliar, reestudar, temos esta Resolução, que é de 98, podemos rediscutir os próprios
1028itens da Resolução. **Sr. Ilton Nunes:** Represento a AMUNOR – Associação dos Municípios onde
1029contempla Água Santa e Tapejara neste processo. Os funcionários que estão com uma portaria, são

1030funcionários da Prefeitura. O esclarecimento quanto a empresa: a AMUNOR fez um departamento,
1031dentro da Associação, onde criou uma agência de desenvolvimento regional. Além dos projetos do
1032meio ambiente, que vamos dar assessoria aos Municípios, também há projetos de turismo e captação
1033de recursos em nível estadual e federal para as Prefeituras. E é neste ponto que entramos projetos que
1034estão ali elencados nesta colocação. Dentro do processo de municipalização também acompanha o
1035contrato da empresa, essa Araucária, com a AMUNOR, onde diz exclusivamente que vamos prestar
1036assessoria ao Município, e no caso de Água Santa o engenheiro agrônomo não pode emitir o laudo, e
1037aí a empresa entra com uma profissional naquele respectivo assunto. **Sr. Guilherme Dornelles:**
1038Sugiro que o processo tenha um parecer da assessoria jurídica da Secretaria quanto à legalidade desta
1039situação, para que a gente tenha segurança na aprovação deste processo, até para que não ocorram
1040situações semelhantes no futuro e a gente venha a discutir um assunto que poderia ter sido resolvido
1041com um simples parecer jurídico. **Sr. Clebes Pinheiro:** Quanto a este item, Guilherme, a assessoria
1042jurídica acompanha de perto os processos. E há o entendimento da assessoria jurídica que estamos
1043dentro dos trâmites legais. **Sr. Guilherme Dornelles:** Tem que apresentar isso. **Sr. Sérgio Luiz de**
1044**Carvalho Leite:** Eu fico preocupado, talvez não com esta situação específica, porque os outros
1045Municípios sempre têm feito um convênio com instituições de ensino e pesquisa públicas, ou até
1046mesmo, privadas, e não uma empresa privada de consultoria. E não se está-se abrindo um precedente,
1047se outros Municípios também usaram desta possibilidade, mas acho que eventualmente, não
1048necessariamente, pode trazer problemas de influência da iniciativa privada sobre o gestor público. **Sr.**
1049**Alexandre Bugin:** Conselheiro Sérgio. Entendo exatamente isso. E volto a ratificar: há algumas
1050coisas que temos que trabalhar de uma forma separada e avaliar todo esse processo, como o
1051Guilherme falou, justamente para não ter todo esse tempo, de uma hora e meia discutindo coisas.
1052Agora, queria-lhe colocar, como consultor e dono de uma empresa de consultoria, que isso que tu
1053estás colocando não garante, porque hoje as universidades são as que mais estão prestando serviços de
1054processos de estudos ambientais em termos de licenciamento. Então, não é o fato de ser público ou
1055privado que vai garantir. O que se tem que se saber é que dentro do processo não pode ter
1056interferência em termos de interesses. Se a empresa prestou serviços no sentido do licenciamento,
1057com certeza, ela não pode, em nenhum momento, participar do processo de elaboração do estudo. E
1058sabemos que inúmeras universidades do interior que estão conveniadas com Municípios já
1059habilitados, que a própria universidade elabora estudos de impacto ambiental e processos de
1060licenciamento. Então, não é a garantia de ser uma universidade que estaremos isentos de interesses.
1061Então, acho que este assunto devemos tratar em outro fórum, que é a questão do aperfeiçoamento do
1062processo, porque me parece que estas questões aqui a Câmara Técnica tem condições de controlar. E é
1063exatamente que este controle estou colocando, e sei que há situações que estão acontecendo e há estes
1064conflitos de interesses. Mas, são questões particulares que têm que ser tratadas para aperfeiçoar o
1065processo. **Sr. Presidente:** Pergunto, Conselheiro Sérgio, se está devidamente elucidado, para que
1066procedamos a votação aqui já proposta. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Só esclarecendo para o
1067Conselheiro Bugin, que evidentemente em qualquer processo a gente tem essa preocupação em termos
1068de influência, seja que instituição for. Mas, é que, no caso, empresas que estão dando um estudo,
1069tanto sob o ponto de vista ambiental, como de apresentação, eventualmente um projeto de impacto,
1070realmente acho que o risco é maior, e acho que isso deve ser uma preocupação nossa. Mas, em relação
1071ao caso específico, se há um parecer legal da assessoria jurídica, enfim, agora optamos por votar em
1072bloco. Solicitaria que, daqui por diante, a Câmara Técnica tivesse uma especial atenção a esses casos,
1073que se pudesse aprofundar neste questionamento. **Sr. Presidente:** Fica registrada a proposição do
1074Conselheiro Sérgio. **Sr. Guilherme Dornelles:** Não me sinto em condições de votar este processo
1075sem ter inteiro conhecimento deste parecer jurídico. Esse assunto não é só deste Conselho, vem à tona
1076em todos os Conselhos. Eu fui Conselheiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente, e nós discutimos
1077esta questão lá, e acho que este assunto precisa ser bem esclarecido. E é de extrema importância esta
1078questão e todos os Conselheiros precisam estar bem cientes da situação. E acho até que nós

1079deveríamos solicitar um parecer do Ministério Público com relação a esta questão, já que houve falha,
1080não foi encaminhado o parecer jurídico aqui, para que pudéssemos votar agora, para dirimir nossas
1081dúvidas. Então, proponho que o processo específico de Água Santa venha munido destas informações
1082numa próxima reunião. **Sr. Presidente:** Conselheiro Guilherme Dornelles, objetivando a sua
1083manifestação. Se está pedindo vista, já passou o momento. Então, registradas as ponderações dos Srs.
1084Conselheiros, e o fato de, na tarde hoje, termos utilizado, e não encaramos aqui como “perda de
1085tempo”, não, e de termos dado esta ênfase em relação ao processo de gestão ambiental municipal,
1086salta aos olhos a necessidade, a oportunidade de que se discuta melhor esta questão no âmbito do
1087Conselho. Portanto, vamos proceder a votação agora, e definir o encaminhamento da presente reunião,
1088assim como, imediatamente, definirmos um Fórum, se numa reunião ordinária ou extraordinária para
1089se discutir esta questão objetivamente, a fim de que esse processo, efetivamente, tome um rumo onde
1090exista a consolidação dos espaços correspondentes a casa ente. Portanto, Srs. Conselheiros está em
1091votação, por deliberação do próprio Conselho, em bloco, os Municípios de Água Santa, Travesseiro,
1092Progresso, Restinga Seca e Tapejara. Os Conselheiros favoráveis, por gentileza, manifestem-se
1093levantando a sua credencial: 12 (doze) votos; abstenções: 03 (três); contrários: nenhuma. **Portanto, os**
1094**Municípios de Água Santa, Travesseiro, Progresso, Restinga Seca e Tapejara estão**
1095**habilitados, por este Conselho, para procederem o licenciamento ambiental.** **Sr. Geraldo André**
1096**Susin:** Não falei antes, mas o papel do segmento das ONGs não é bagunçar, é para contribuir, mas só
1097para deixar claro que nós estávamos decidindo se era votação em bloco ou não. Não estávamos em
1098regime de votação das habilitações, então, era passível que se encaminhasse esse pedido referendando
1099o que o Conselheiro Sérgio e o Conselheiro Guilherme estavam colocando que há procedência. E não
1100foi dito antes, mas só deixando o registro e por isso que nos abstemos. **Sr. Presidente:** A tal ponto
1101que consultei os Conselheiros se pediam vista ou não. Após foi dado encaminhamento, então,
1102decidimos votar em bloco? Votamos em bloco. À guisa de justificativa de voto, tudo bem. **Sr.**
1103**Geraldo André Susin:** Tudo bem, isso mesmo. Obrigado. **Sr. Presidente:** Nós teríamos como ponto
1104de pauta seguinte, que acha que fica prejudicado, até porque em manifestações anteriores, de vários
1105Conselheiros, ficou expressa a vontade de que se discuta melhor a questão do processo da gestão
1106ambiental compartilhada. Esse assunto, então, voltará à pauta de uma próxima reunião. E eu
1107consultaria, democraticamente este Plenário, para tomar esta decisão posteriormente, se este processo
1108teria lugar numa reunião ordinária ou convocaríamos uma reunião extraordinária. E exclusivamente
1109para tratar deste tema. Seria isso, é o entendimento dos Srs. Conselheiros que venhamos a convocar
1110uma reunião extraordinária para tratar, na reunião, exclusivamente do assunto “gestão ambiental
1111compartilhada envolvendo Estado e Municípios. Esse é o atendimento? Há necessidade de votação?
1112(Não). Portanto, esse será o encaminhamento. Eu tenho aqui uma observação dos técnicos da FEPAM
1113de que o item 04 da nossa pauta: **4 – Situação dos resíduos sólidos, domésticos, de saúde e**
1114**industriais no Rio Grande do Sul**, nós correríamos o risco já que passam das 17h, de termos este
1115Plenário comprometido. Então, passaríamos este item automaticamente para a pauta da reunião de
1116outubro. **6 – Apreciação da Pré-Conferência e Conferência Nacional do Meio Ambiente.** Mas,
1117nós teríamos tempo ainda, até porque o Conselheiro Valtemir Goldmeier pediu, na reunião anterior,
1118para algumas observações referentes à Pré-Conferência e Conferência Nacional de Meio Ambiente.
1119Passaríamos a palavra para o Conselheiro Valtemir. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu trouxe inclusive
1120um material para apresentar, mas vou pedir que se coloque na página da SEMA na internet, as
1121informações referentes à Conferência Nacional do Meio Ambiente, até para não tirar tanto tempo de
1122você, que sei que há mais um outro assunto. A nossa preocupação é a seguinte: quem de vocês, nós,
1123como Conselheiros, o Conselho Estadual do Meio Ambiente está envolvido com a Conferência
1124Nacional do Meio Ambiente. Agora, nos últimos dias talvez a única informação que vocês tenham
1125recebido é da mídia, da televisão, que tem falado de uma conferência nacional infanto-juvenil. Da
1126Conferência Nacional de Meio Ambiente, nós temos tido uma dificuldade muito grande, até porque o
1127Ministério, há 15 dias que repassou o texto-base. Só que há uma realidade: nós, no Rio Grande do Sul,

1128temos que realizar uma Pré-Conferência à Conferência Nacional do Meio Ambiente, e vai ser em
1129outubro. E tem que ter *quorum* mínimo de 100 pessoas, e há um critério de escolha dos delegados em
1130função do número de participantes na Conferência, que é 1 x 25, com um número máximo de 50. Ou
1131a gente se mobiliza, ou a delegação do Rio Grande do Sul não vai ser preenchida a participação
1132necessária para nós levarmos a delegação do Rio Grande do Sul; quem for escolhido delegado vai a
1133Brasília, em princípio, com as despesas custeadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Vou passar o
1134material para o Eduardo, ele é do IBAMA, e ele que está coordenando, no Rio Grande do Sul, a Pré-
1135Conferência. Estamos extremamente preocupados pois são nos dias 25 e 26 de outubro no Rosário a
1136Pré-Conferência do Rio Grande do Sul e vão existir várias reuniões regionais preparatórios à Pré-
1137Conferência, já estão acontecendo. Esta semana aconteceu em Bagé e Alegrete e esta programação
1138está na página do IBAMA e na página do Ministério, Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente.
1139Ou a gente busca a informação e participa ou depois nós vamos ter uma grande dificuldade da gente
1140conseguir um resultado positivo da Conferência. Preocupação nº 1: o que vai-se tratar nesta
1141Conferência: Sistema Nacional de Meio Ambiente. E tudo isso que nós vimos acontecer aqui no
1142CONSEMA hoje é em função de que o nosso SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, foi
1143concedido na época que o nosso País era governado por um grupo militar, que tinha uma visão de
1144que o SISNAMA era uma coisa, e a nossa sociedade mudou, e o SISNAMA continua o mesmo. E isso
1145que vai ser discutido na Conferência Nacional do Meio Ambiente. Agora, ou a gente se prepara para
1146discutir isso, ou nós vamos de novo querer trabalhar em assuntos pontuais, e sei que recursos hídricos
1147são importantes, manutenção de nossas florestas é fundamental, todas estas coisas. Só que nós vamos
1148ter que pensar, porque Sistema é um pouco maior. E quem de nós vai saber pensar e falar sobre isso?
1149Por isso, Sr. Presidente, eu trouxe para a reunião esse assunto, e vamos colocar na página da SEMA,
1150acessem segunda-feira a página da SEMA, que nós vamos disponibilizar as reuniões regionais lá, e é o
1151único jeito de divulgar, e na página da FAMURS isso já está, e quem entrar no site www.famurs.com.br
1152e clicar no meio ambiente, já disponibilizamos onde vão acontecer estas reuniões regionais. A
1153de Porto Alegre, é a que eu guardo, é no dia 01-10-03 às 19h no Dante Barone. Mas, lembrem-se que
1154estas reuniões regionais não são indicativos de delegados. Os delegados vão ser escolhidos na Pré-
1155Conferência e tem que participar dos dois dias, e tem que estar no Plenário na hora da votação. Então,
1156para nós escolhermos 50 delegados, vamos ter que ter 1.250 pessoas lá no dia e na hora da votação.
1157Então, gente, é uma tarefa, e tem um mês, e uma das concorrências que nós ainda vamos ter neste
1158processo é que neste mesmo fim de semana acontece a Conferência Nacional das Cidades. E o outro
1159convite que tenho aos Conselheiros, não se esqueçam. Agora em setembro, nos dias 26 e 27 de
1160outubro, tem a Conferência Estadual das Cidades. E não tem como pensarmos cidade sem meio
1161ambiente. Então, Conselheiros do CONSEMA mais uma colocação no sentido de participar destes
1162eventos. **Sr. Presidente:** Sr. Conselheiros. **7 – Aniversário da morte do Patrono da FEPAM e**
1163**homenagem aos precursores do Movimento Ambientalista.** O item 7º é só uma observação
1164bastante rápida. No mês de novembro completam 40 anos da morte de Henrique Luiz Roessler, que é
1165um dos precursores do movimento ambientalista e é o patrono da FEPAM. Acredito que a discussão
1166de uma proposição que eu gostaria de fazer aos Conselheiros, ela, de alguma forma, estaria
1167prejudicada, face o afastamento dos Conselheiros, mas acredito que nós poderíamos levantar este
1168assunto, mesmo que rapidamente. Temos algumas pessoas, aqui no Estado, que são os precursores do
1169movimento ambientalista. E juntamente com esta data comemorativa, o Conselho poderia, esta é a
1170proposição, prestar, de alguma forma, uma homenagem a pessoas como o Augusto Carneiro e a
1171Magna Renner, que são lá daquele início, e nós teríamos também, e aí obviamente, postumamente, o
1172José Lutzemberger. E também nós teríamos mais ou menos contemporâneo uma figura que até os dias
1173de hoje, em nível nacional ainda age e trabalha. E que mesmo não sendo do cenário específico do Rio
1174Grande do Sul, ele merece, acredito que mereceria uma atenção nos mesmos termos, que é o primeiro
1175Secretário Especial do Meio Ambiente, o Paulo Nogueira Neto. Gostaria de propor que, neste
1176momento, isso não impede que futuramente se padronize esse procedimento no Conselho e se traga

1177aqui, sim, como reconhecimento para a sua dedicação, persistência, se esse Conselho concordaria que
1178nós buscássemos, por meio da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, para que montasse uma
1179proposição de uma Resolução, prestando esta homenagem. Então, uma moção deste Conselho,
1180considerando que não temos “quorum”, mas considerando que não temos “quorum”, mas
1181considerando que não acredito que algum Conselheiro tivesse um posicionamento contrário, consulto
1182os Conselheiros presentes se podemos dar esse encaminhamento. Todos concordam? Daremos este
1183encaminhamento, votaremos na reunião de outubro e no aniversário do Henrique Luiz Roessler nós
1184faríamos, durante um espaço da reunião do Conselho, esta homenagem a esses precursores, que ainda
1185estão entre nós, e aquele que ainda está ainda entre nós de uma outra maneira. Informando, Srs.
1186Conselheiros, que pela Resolução CONSEMA 040, publicada no dia 21 de agosto passado, está criada
1187a Comissão que vai organizar a Audiência Pública sobre a Rota do Sol nos termos propostos na
1188reunião anterior, qual seja: definição de data e local da Audiência Pública referente à Rota do Sol. A
1189**Comissão**, então, de acordo com a aprovação do CONSEMA naquela oportunidade, está constituída
1190pela **Secretaria Estadual do Meio Ambiente**, pelo **DAER**, pelo **IBAMA**, pela **FAMURS** e pela
1191**Secretaria Estadual da Cultura. 8 – Assuntos Gerais. Sr. Valtemir Goldmeier:** Voltando aquele
1192assunto do parecer, só gostaria de saber se a Presidência recebeu o parecer, foi encaminhado o parecer
1193feito pela Entidade que pediu vista ao processo. **Sr. Presidente:** Está encerrada a presente reunião.
1194Até a próxima, obrigado Srs. Conselheiros. (Está encerrada a reunião às 17h25min.)